Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 1

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 2

2.3 - Outras informações relevantes 4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 5

3.2 - Medições não contábeis 6

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 7

3.4 - Política de destinação dos resultados 8

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 10

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 11

3.7 - Nível de endividamento 12

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento 13

3.9 - Outras informações relevantes 14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 15

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco 16

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 17

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 18

4.5 - Processos sigilosos relevantes 19

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 20

4.7 - Outras contingências relevantes 21

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 22

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado 23

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado 26

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado 29

5.4 - Outras informações relevantes 30

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 31

6.3 - Breve histórico 32

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas 35

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 38

6.7 - Outras informações relevantes 39

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas 40

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 41

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 42

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 43

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 44

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 45

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 46

7.8 - Relações de longo prazo relevantes 47

7.9 - Outras informações relevantes 48

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico 49

8.2 - Organograma do Grupo Econômico 50

8.3 - Operações de reestruturação 51

8.4 - Outras informações relevantes 52

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 53

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 54

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia 55

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 56

9.2 - Outras informações relevantes 57

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 58

10.2 - Resultado operacional e financeiro 65

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 71

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 73

10.5 - Políticas contábeis críticas 75

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor 77

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 79

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 80

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 81

10.10 - Plano de negócios 82

10.11 - Outros fatores com influência relevante 83

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 84

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 85

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 86

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 91

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76 94

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 95

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 96

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 97

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração 99

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 100

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 101

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 104

12.12 - Outras informações relevantes 105

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 106

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 109

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 112

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 113

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 114

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 115

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária 116

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 117

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções 118

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 119

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 120

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 121

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 122

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 123

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 124

13.16 - Outras informações relevantes 125

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 126

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 127

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 128

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 129

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária 130

15.3 - Distribuição de capital 135

15.4 - Organograma dos acionistas 136

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 137

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 138

15.7 - Outras informações relevantes 140

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 141

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 142

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 152

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 153

17.2 - Aumentos do capital social 155

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 158

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 159

17.5 - Outras informações relevantes 160

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 161

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 163

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 164

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 165

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos 166

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 167

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 168

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 169

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 170

18.10 - Outras informações relevantes 171

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 172

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 173

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social 174

19.4 - Outras informações relevantes 175

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 176

20.2 - Outras informações relevantes 177

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 178

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas 179

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 180

21.4 - Outras informações relevantes 181

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor 182

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 183

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 184

22.4 - Outras informações relevantes 185

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**José Luiz Acar Pedro**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Eduardo Nogueira Domeque**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	05/04/2011 a 17/02/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria completa das Demonstraões Financeiras e Revisão Especial das Informações Trimestrais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2011, pago pela Companhia, foi de R$ 359.780,53 exclusivamente relativos a serviços de auditoria.
Justificativa da substituição	Rotatividade dos auditores , conforme previsto na Deliberação CVM 549 e 669.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	não há

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
EDISON ARISA PEREIRA	05/04/2011 a 17/02/2012	006.990.038-81	Avenida Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Agua Branca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (11) 36742000, Fax (11) 36742000, e-mail: edison.arisa@br.pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	463-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Moore Stephens Lima Lucchesi
CPF/CNPJ	60.525.706/0001-07
Período de prestação de serviço	18/04/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria completa das Demonstrações Financeiras e Revisão Especial das Informações Trimestrais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2013, foi de R$ 24.000,00.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Carlos Atushi Nakamuta	18/04/2012	011.603.868-38	Av. Paulista, 1.374, 12º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01310-100, Telefone (011) 32645343, Fax (011) 32645275, e-mail: ri@grupopan.com

2.3 - Outras informações relevantes

Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	35.634.000,00	795.223.000,00	762.113.000,00
Ativo Total	48.601.000,00	2.695.856.000,00	2.414.294.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	134.960.000,00	181.268.000,00	170.509.000,00
Resultado Bruto	39.300.000,00	-20.574.000,00	104.572.000,00
Resultado Líquido	27.108.000,00	-16.311.000,00	74.630.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	51	972	232.293.875
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	698.705,882353	818.130,658436	3,280814
Resultado Líquido por Ação	531.529,411765	17.912,370000	0,351202

3.2 - Medições não contábeis

3.2. Medições não contábeis

A Companhia não divulga quaisquer medições não contábeis

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subseqüentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 - Política de destinação de resultados

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
a. Regras sobre retenção de lucros	Nos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia segue as seguintes regras para retenção de lucros: Conforme previsto no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia: O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária juntamente com as demonstrações financeiras a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reserva de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. b) A parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado. Parágrafo único: O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.		
Destinação para Reserva Legal	1.355.405,10	0,00	3.731.518,89
Valores das Retenções de Lucros	19.314.522,74	0,00	53.174.144.23
Total	**20.669.927,84**	**0,00**	**56.905.663,12**
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Nos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia segue as seguintes regras para distribuição de dividendos: Conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. Parágrafo 1º - Em caso		

3.4 - Política de destinação dos resultados

	de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. Parágrafo 2º - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Nos 3 últimos exercícios socias, a Companhia tem os seguintes critérios de periodicidade das distribuições de dividendos: A distribuição é anual, contudo, conforme previsto no artigo 36 do seu Estatuto Social a Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: a. o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; b. a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e c. o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.		
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há.	Não há.	Não há.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011
Lucro líquido ajustado	27.108.102,09	0,00	70.898.858,97
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	23,800000	0,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	76,070000	0,000000	9,790000
Dividendo distribuído total	6.438.174,25	0,00	17.724.714,74
Lucro líquido retido	19.314.522,74	0,00	53.174.144,23
Data da aprovação da retenção	30/04/2014		

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	3.219.087,13				7.901.412,19	
Preferencial	3.219.087,12				9.823.302,55	
Ordinária			0,00			

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Apresentamos a seguir os montantes de lucros retidos e, também, da reserva legal constituída nos últimos três exercícios sociais:

Conta Contábil	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Lucros retidos	19.314.522,74	Não houve	53.174.144.23
Reserva legal constituída	1.355.405,10	Não houve	3.731.518,89

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	12.967.000,00	Índice de Endividamento	0,36000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Quirografárias	10.509.000,00	0,00	0,00	2.458.000,00	12.967.000,00
Total	10.509.000,00	0,00	0,00	2.458.000,00	12.967.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 – Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

Não aplicável, pois a Companhia não possui operação e não há negociação dos papéis emitidos.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2 – Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes:

Não aplicável, pois a Companhia não possui operação.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia seja parte, nas esferas trabalhista, tributária, cível, dentre outras: (i) que não estejam sob sigilo e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais contra a Companhia.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia seja parte, nas esferas trabalhista, tributária, cível, dentre outras: (i) que não estejam sob sigilo e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia seja parte, nas esferas trabalhista, tributária, cível, dentre outras: (i) que não estejam sob sigilo e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem contingências relevantes a serem mencionadas.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1 Descrição dos principais riscos de mercado.

O Conglomerado Pan está exposto aos riscos de mercado intrínseco a natureza das suas atividades, como por exemplo, oscilação das taxas de juros, Cupom de índice de preços, cupom cambial, etc.
Partindo do princípio de boas práticas de governança, o Conglomerado Pan dispõe de um processo constante de acompanhamento de suas exposições. Para garantir a imparcialidade da análise, a gerência de risco de mercado é independente das áreas de negócio.
A mensuração do risco de mercado é segregada em carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), conforme os critérios de classificação de operações descritos na Resolução n° 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN e na Circular n° 3.354, de junho de 2007 do BACEN. A carteira *trading* engloba todas as operações financeiras detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* destas operações, as operações mantidas com intenção de negociação são aquelas destinas à obtenção de lucro a partir de variações de preços. A carteira *banking* abrange as demais operações não classificadas na carteira *trading*, as operações classificadas como não negociação são aquelas provenientes da linha de negócio e seus respectivos *hedges*.

Modelos de mensuração de risco
Para mensuração do risco de mercado na Carteira *trading* o Conglomerado Pan faz uso de algumas medidas que se complementam buscando apresentar uma visão completa do espectro de exposições contratadas. Estas são,

- VaR (*Value at Risk*) paramétrico linear é uma medida estática que demostra a perda máxima esperada a um nível de confiança de 99% dentro de horizonte de 1 dia.
- *Expected shortfall* é uma medida que estima a perda esperada média quando o VaR é violado, supondo uma distribuição normal de retornos.
- Teste de Estresse é uma técnica complementar ao VaR onde se avaliam os impactos históricos de mercado sobre a atual carteira de trading. O Banco Pan realiza Testes de Estresse com e sem rompimentos de premissas. O Teste com manutenção de premissas assume condições históricas de comportamento de mercado. O teste com rompimento de premissas assume que os piores cenários para cada fator de risco podem ocorrer concomitantemente e desconsidera as relações lógicas entre ativos. *Stop Loss* é o montante máximo de prejuízo teórico não realizado, estabelecido pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que um portfolio classificado em *trading* pode atingir.
- Análise de sensibilidade mede o efeito do movimento das curvas de mercado e dos preços sobre as posições da carteira. Esta análise é uma avaliação estática da exposição da carteira, não considera a dinâmica da reação da gestão de risco.

O risco da carteira de não negociação é mensurado pelo seguinte modelo:

- Rban é um modelo interno de mensuração de risco baseado nas diretrizes do documento *Principles for the Management and Supervisionof Interest Rate Risk* do BIS (2004) e leva

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

emconsideração a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição.

Análise de Sensibilidade

A seguir, demonstramos o quadro de sensibilidade, das posições consolidadas por fator primitivo de risco de mercado dos instrumentos financeiros de responsabilidade da Companhia.

Dez/2013 (R$ - Mil) Fatores de Risco	Carteiras trading e banking Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS (1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de juros pré fixadas (aumento)	0	0	0
Cupom de Índ. de Preços	Taxas dos cupons de índ. preços	-0	-11	-21
Cupom de Outras Taxas de Juros	Taxas dos cupons de outras taxas de juros	-0	-5	-10
Moeda Estrangeira	Cambial	0	0	0
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de dólar	0	0	0
TOTAL 31/12/2013		**0**	**-16**	**-30**
Total 30/09/2013		**0**	**-13**	**-24**
Total 28/06/2013		**0**	**-17**	**-32**

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado no fechamento de 31/12/2013, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e impactos fiscais. Os impactos financeiros mostrados refletem o resultado gerencial das variações dos fatores de risco no valor econômico do portfólio e não acarretam necessariamente desembolsos financeiros ou ajustes a valor de mercado, visto que as exposições banking representam um percentual relevante da carteira.

Os cenários utilizados foram definidos conforme os dispostos na Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008:

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 1% em relação ao vigente no mercado.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 25% em relação ao vigente no mercado.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 50% em relação ao vigente no mercado.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

indexadores. Enfim, não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Companhia no sentido de reduzir eventuais riscos envolvidos.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor.

a. Riscos para os quais se busca proteção

O Conglomerado Pan está exposto aos seguintes fatores primitivos de risco:

- Taxas de juros: o risco de taxa de juros decorre da precificação de ativos e passivos em momentos distintos, bem como de oscilações inesperadas na inclinação, curvatura e/ou convexidade das estruturas a termo vigentes no mercado e de alterações nas correlações entre as taxas de juros de diferentes.
- Índice de preços: risco de oscilação nas estruturas a termo de cupons de índices de preços, por exemplo, Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) bem como as oscilações próprias dos índices.
- Preço de ações: risco de perda derivada da oscilação da exposição em ações.
- Cupom Cambial: o risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados à moedas estrangeiras. A Companhia administra sua exposição cambial objetivando ajustar os descasamentos entre ativos e passivos com uso de operações de derivativos.

Administramos nossos ativos e passivos por meio de controles eficazes e adequados ao porte operacional da Companhia, para que com isso consigamos evitar e ou reduzir eventual impacto negativo que poderá ser causado por oscilações sobre o resultado de intermediação financeira da Companhia.Todas as exposições ao risco de mercado da Companhia são monitoradas e admitidas até os limites estabelecidos no Comitê de Gerenciamento de Riscos de Mercado da Companhia e são revisadas periodicamente.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia gerencia seus riscos de forma conservadora, identificando, avaliando, monitorando e controlando as exposições aos riscos de mercado associados às suas posições próprias. Nossa política para a Tesouraria da Companhia, cujos objetivos são alinhados às normas e atuação do Comitê de Gerenciamento de Riscos de Mercado do Conglomerado, não prevê aplicações ou uso de derivativos que envolvam risco com *commodities*, por não estarem correlacionadas à nossa atividade fim.

Apesar de possuirmos ativos financeiros indexados à moeda estrangeira, o risco cambial da Companhia é anulado pelas contratações de operações de *swap* (estabelecidas com base na compensação entre o dólar e a taxa dos depósitos interfinanceiros ou índices de inflação). O objetivo das operações de *swap é* eliminar o risco de mercado decorrente da variação cambial.

Utilizamos também contratos de futuros negociados na BM&Fpara gestão do risco de câmbio e de taxa de juros resultante da gestão de ativos e passivos na carteira estrutural.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

O principal instrumento financeiro derivativo utilizado é a operação de *swap ou* contratos de futuros negociados na BM&F. Nossas operações de *hedge* são desenvolvidas para a proteção patrimonial e geralmente estão ligadas às nossas operações de captações externas de recursos. Tais instrumentos de proteção patrimonial são utilizados para minimizar a volatilidade dos ativos do mercado de câmbio, variando conforme as circunstâncias do cenário em que a Companhia esteja atuando. As operações de *swap* consistem em instrumentos financeiros que possuem baixo custo e mitigam consideravelmente o risco de mercado relacionado às operações de câmbio, além de serem regularmente registradas em instituições competentes.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia, além de adotar os critérios constantes de orientações do Banco Central para identificação, monitoramento e apreçamento de ativos financeiros, bem como para a quantificação dos riscos que lhes são inerentes, desenvolve continuamente práticas e estudos objetivando gerenciar e mitigar os riscos de mercado.

Para a carteira de *trading* são monitorados diariamente os seguintes limites:

- VaR;
- Perda em Cenários Históricos de Estresse;
- Sensibilidade;
- Stop Loss;
- Exposição em moeda estrangeira;
- Concentração por fator primitivo de risco;
- Concentração por zonas de vencimento;
- Parcelas regulatórias de risco;

O risco da carteira *banking* é mensurado pelo seguinte modelo:

- Rban.

e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Dentro da proposta de uma instituição financeira, a Companhia possui operações proprietárias de tesouraria, sempre respeitando os limites de exposição ao risco de mercado estabelecido na política oficial de limites.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

No Conglomerado Pan existe o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, um fórum constituído por representantes das diversas unidades de negócios e que tem a finalidade de acompanhar, analisar e recomendar ao Diretor Presidente ações relacionadas às Políticas de Risco

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

de Liquidez, Mercado, Crédito e Operacional da Companhia, casamentos de prazos e moedas, limites de perdas e estratégias para mitigação de riscos.

Membros titulares:

- Sr. José Luiz Acar Pedro - Diretor Presidente;
- Sr. Eduardo Nogueira Domeque – Diretor da Tesouraria e Captação;
- Sr. Leandro de Azambuja Micotti – Diretor da Diretoria Juridico;
- Sr. Eduardo Almeida Prado – Superintendente de Crédito;
- Sr. José Luiz Trevisan Ribeiro – Diretor de Controladoria e Compliance ;

Membros Convidados:

- Superintendente da Mesa de Operações;
- Superintendentede Riscos e Controles;e
- Demais gestores deRisco e Tesouraria.

O processo de monitoramento de risco desenvolvido na Companhia é feito através *softwares* específicos e modelos estatísticos. Há, neste contexto, atuação conjunta da Tesouraria da Companhia, e o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

São executadas as seguintes funções de gestão de risco de mercado:

- Monitorar e controlar a exposição de risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas definidas pelo Comitê de Risco de Mercado;
- Implementar critérios para classificação das operações em carteiras de negociação *(trading)*e não negociação(*banking)*;
- Acompanhar, calcular e analisar o risco de mercado das posições da Companhia;
- Elaborar análises de sensibilidade e testes;
- Simular testes de estresse;
- Avaliar informações para alocação e cálculo do Patrimônio de Referência Exigido(PRE);
- Emitir relatórios mensais sobre os riscos de mercado para o Comitê de Caixa e membros do Comitê de Risco de Mercado e informar a administração sobre a exposição a eventuais riscos que excedam os limites estabelecidos.

g. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Dada à complexidade de nossas operações, consideramos que a estrutura operacional do risco de mercado atende aos requisitos exigidos pela alta administração do Conglomerado, pelo Bacen e pelo mercado, e tende a evoluir. Entendemos que o processo de controles internos é essencial e está sendo observado por nossa auditoria interna e externa, área de *Compliance* e, mais recentemente, por nosso Comitê Fiscal.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotados.

Os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são, taxa de juros prefixada, cupom de índices de inflação, moedas, cupom de dólar, etc. Em 2013 não houve mudanças significativas nos principais fatores de riscos de mercado e na politica de gerenciamento de risco.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4 Outras informações relevantes.

Não há.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/08/1998
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	23/01/2007

6.3 - Breve histórico

6.3 – Breve Histórico

Em 25 de agosto de 1998 a Companhia foi constituída sob a denominação social de "Opportunity Discovery Participações S.A.".

Paralelamente, no mesmo ano, um grupo de profissionais renomados, em conjunto com a companhia Ourinvest Participações S.A., iniciou o desenvolvimento de companhias voltadas para o ramo financeiro imobiliário. Desde então, foi criado um grupo econômico constituído por uma companhia hipotecária, uma companhia de securitização de créditos imobiliários, uma companhia de gestão de investimentos imobiliários e uma promotora de vendas de produtos de crédito imobiliário.

Em 2002, foi constituída a Brazilian Finance & Real Estate Participações S.A. ("BFRE Participações"), que se tornou holding do grupo econômico composto pelas empresas BMSR II Participações S.A., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, Brazilian Securities Companhia de Securitização, Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

Em 29 de setembro de 2006, a TPG Axon-BFRE Holding, LLC ("TPG") subscreveu 18.007.369 ações de emissão da BFRE Participações, tornando-se detentora de 47,12% do capital social total dessa empresa. Adicionalmente, em 11 de dezembro de 2006, a TPG subscreveu 1.800.737 ações da BFRE Participações, aumentando sua participação para 19.808.106 ações no valor de R$328,5 milhões, passando, então, a ser detentora de 49,5% do capital social total da Companhia.

Em 09 de março de 2007, a empresa Ourinvest Real Estate Holding S.A. ("Ourinvest") adquiriu da Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. a totalidade das ações da Opportunity Discovery Participações S.A. A partir de abril de 2007, esta sociedade passou a ser denominada "Brazilian Finance & Real Estate S.A." ("Emissor, BFRE ou Companhia").

Em 01 de abril de 2008, a Companhia incorporou e sucedeu a BFRE Participações em todos os seus direitos e obrigações.

Em 16 de dezembro de 2009, os acionistas da Companhia deliberaram um aumento de capital, mediante a emissão de 19.274.585 novas ações, sendo 3.854.917 novas ações ordinárias e 15.419.668 novas ações preferenciais, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Coyote Trail, LLC ("Coyote") em moeda corrente nacional, em razão da cessão gratuita de direitos de subscrição pela Ourinvest e pela TPG.

Em 15 de janeiro de 2010 a Coyote, por meio do Contrato de Opção de Compra de Ações, exerceu a opção de compra de 5.510.903 ações ordinárias e 22.043.612 ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade da Ourinvest.

Em 31 de maio de 2012, foi aprovada a conversão da totalidade das 5.638.454 ações preferenciais de emissão da BFRE detidas pelo acionista Ourinvest em 5.638.454 ações ordinárias, bem como a conversão da totalidade das 21.408.230 ações ordinárias de emissão da BFRE detidas pela acionista TPG e a totalidade das 9.786.325 ações ordinárias de emissão da BFRE detidas pelo acionista Coyote em 21.408.230 e 9.786.325 ações preferenciais de emissão da Companhia, respectivamente, passando o capital social da Companhia a ser representado por 80.411.938

6.3 - Breve histórico

ações ordinárias e 155.972.771 ações preferenciais. Na mesma data, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, à mesma razão de conversão, qual seja, 256.088 ações para 1 ação de mesma espécie e classe, de modo que o capital social da Companhia, após o grupamento, passa a ser representado por 314 ações ordinárias e 609 ações preferenciais.

Em 16 de julho de 2012, a TPG e a Coyote alienaram a totalidade de suas participações na BFRE, representadas por 100% das ações preferenciais emitidas pela Companhia, em negociações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As ações foram adquiridas pela Ourinvest, que aumentou sua participação acionária, passando a ser detentora de 100% do capital social da BFRE. Desta forma, atualmente, a única acionista da Companhia é a Ourinvest.

Em 19 de julho de 2012, a Ourinvest, acionista da BFRE, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. ("BPMB IV"), por meio da qual foi cindido da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários. Adicionalmente, na mesma data e após a cisão descrita acima, foram concluídas: (i) a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e consequentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e Brazilian Securities Companhia de Securitização); e (ii) a aquisição indireta, pelo BTG Pactual, de 100% do capital social da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários, a qual desenvolve atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2013, foram aprovados, por unanimidade: (i) O aumento de capital da Companhia por meio da capitalização do saldo da conta de Reserva de Lucros no valor total de R$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). O aumento de capital ora aprovado é realizado sem a modificação no número de ações de emissão da Companhia, nos termos do §1º, artigo 169, da Lei nº 6.404/76 e passará de 593.718.217,39 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos) para R$ 703.718.217,39 (setecentos e três milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos); e (ii) a redução de capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE"), efetivada sem a transferência de recursos financeiros. A restituição do capital à sua acionista majoritária, Ourinvest, ocorreu mediante a entrega dos seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de R$ 221.687.231,00; (b) participação societária na BMSRII Participações S.A., no valor de R$ 282.352.433,61; e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., no valor de R$ 187.874.915,17, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31.08.2013. Assim, foram canceladas 314 ações ordinárias, 417 ações preferenciais classe A e 190 ações preferenciais classe B da BFRE de titularidade da Ourinvest. A participação do Banco Panamericano S.A., único outro acionista da BFRE, não foi alterada.

Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser de R$ R$ 7.661.784,69 (sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil e setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 51 (cinqüenta e uma) ações, sendo 17

6.3 - Breve histórico

(dezessete) ações ordinárias e 34 (trinta e quatro) ações preferenciais, sendo (i) 23 (vinte e três) ações preferenciais classe A, e (ii) 11 (onze) ações preferenciais classe B, todas sob a forma escritural e sem valor nominal.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 – Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

A. Evento: Incorporação da BFRE Participações S.A. em abril de 2008

Principais condições do negócio: A incorporação processou-se pelo valor do patrimônio líquido da BFRE Participações S.A., avaliando o valor contábil, apurado por laudo de avaliação elaborado por empresa de auditoria, com base no balanço patrimonial da BFRE Participações S.A. O acervo líquido da BFRE Participações S.A., representado por seus ativos e passivos, integrou o patrimônio da Brazilian Finance & Real Estate S.A. Os saldos das contas devedoras e credoras que constituíam os ativos e passivos da BFRE Participações S.A. passaram a integrar os livros contábeis da Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Sociedades envolvidas: BFRE Participações S.A. e Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Efeitos resultantes da operação: A Brazilian Finance & Real Estate S.A. passou a ser a nova holding do Grupo BFRE.

B. Evento: Ingresso de Novo Acionista na BFRE em 16 de dezembro de 2009

Principais condições do negócio: os acionistas da Brazilian Finance deliberam um aumento de capital no valor de R$ 90.000.000,00, mediante emissão de 19.274.585 novas ações, sendo 3.854.917 novas ações ordinárias e 15.419.668 novas ações preferenciais, todas sob a forma nominativa, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Coyote Trail LLC em moeda corrente nacional, em razão da cessão gratuita de direitos de subscrição pela Ourinvest Real Estate Holding S.A. e pela TPG-Axon BFRE.

Sociedades envolvidas: BFRE Participações S.A. e Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Efeitos resultantes da operação: A Brazilian Finance & Real Estate S.A. passou a ter três principais acionistas.

C. Evento: Alienação e Aquisição de Ações entre acionistas em 15 de janeiro de 2010

Principais condições do negócio: A Coyote Trail, LLC adquiriu 5.510.903 ações ordinárias e 22.043.612 ações preferenciais da Brazilian Finance de propriedade da Ourinvest Real Estate Holding S.A.

Sociedades envolvidas: Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Efeitos resultantes da operação: Aumento de participação da Coyote Trail, LLC na controladora Brazilian Finance.

D. Evento: Alienação de Participação Indireta em Sociedade em 31 de dezembro de 2010

Principais condições do negócio: A BM SUA CASA, controlada pela Companhia, vendeu 6.667 (seis mil seiscentas e sessenta e sete) ações ordinárias classe A de emissão da Parque Cidade Incorporações S.A. correspondentes à totalidade das ações que detinha.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Sociedades envolvidas: Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Efeitos resultantes da operação: BFRE deixa de ser acionista indireta da Parque Cidade.

E. Evento: Alienação e Aquisição de Ações entre acionistas em 16 de julho de 2012

Principais condições do negócio: A TPG-Axon BFRE Holding LLC e a A Coyote Trail, LLC, acionistas da Brazilian Finance, controladora da Companhia, alienaram a totalidade de suas participações, representadas por 100% das ações preferenciais emitidas pela Brazilian Finance, em negociações realizadas na BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

As ações foram adquiridas pela Ourinvest Real Estate Holding S.A., que aumentou sua participação acionária, passando a ser detentora de 100% do capital social da Brazilian Finance

Sociedades envolvidas: Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Efeitos resultantes da operação: A companhia passou a ter um único acionista.

F. Evento: Cisão Parcial da BFRE em 19 de julho de 2012

Principais condições do negócio: Houve a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. por meio da qual foi cindido a BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido pela Companhia na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários.

Sociedades envolvidas: Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Efeitos resultantes da operação: A Brazilian Capital deixa de pertencer ao Grupo Econômico do qual a companhia faz parte.

G. Evento: Aquisição indireta do capital social da Companhia em 19 de julho de 2012

Principais condições do negócio: Houve a aquisição indireta, pelo Banco Panamericano S.A., de 100% do capital social da BFRE, e consequentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e Brazilian Securities Companhia de Securitização).

Sociedades envolvidas: Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Efeitos resultantes da operação: A Companhia passa a fazer parte do Grupo Panamericano.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

H. Evento: Aumento e redução de capital em 18 de setembro de 2013

Principais condições do negócio: i) O aumento de capital da Companhia por meio da capitalização do saldo da conta de Reserva de Lucros no valor total de R$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). O aumento de capital ora aprovado é realizado sem a modificação no número de ações de emissão da Companhia, nos termos do §1º, artigo 169, da Lei nº 6.404/76 e passará de 593.718.217,39 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos) para R$ 703.718.217,39 (setecentos e três milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos); e (ii) a redução de capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE"), efetivada sem a transferência de recursos financeiros. A restituição do capital à sua acionista majoritária, Ourinvest, ocorreu mediante a entrega dos seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de R$ 221.687.231,00; (b) participação societária na BMSRII Participações S.A., no valor de R$ 282.352.433,61; e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., no valor de R$ 187.874.915,17, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31.08.2013. Assim, foram canceladas 314 ações ordinárias, 417 ações preferenciais classe A e 190 ações preferenciais classe B da BFRE de titularidade da Ourinvest. A participação do Banco Panamericano S.A., único outro acionista da BFRE, não foi alterada.

Sociedades envolvidas: Brazilian Finance & Real Estate S.A., Ourinvest, Brazilian Securities Companhia de Securitização, BMSRII Participações S.A. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

Efeitos resultantes da operação: A BFRE não possui mais participação na Brazilian Securities Companhia de Securitização, na BMSRII Participações S.A. e na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a presente data não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Companhia não possui ativos ou desempenha atividades relevantes.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Informações sobre segmentos operacionais

A Companhia não possui ativos ou desempenha atividades relevantes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia não possui ativos ou desempenha atividades relevantes.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4 Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

A Companhia não tem, atualmente, um cliente que concentre mais de 10% da receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 - Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

A Brazilian Finance é uma companhia aberta constituída e em funcionamento de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, possuindo todas as autorizações governamentais para o exercício de suas atividades. Pelo seu registro como companhia aberta e pelos valores mobiliários que emite, a Companhia está sujeita à autorização, regulamentação e fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.

b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

No desenvolvimento de suas atividades, a Companhia não depende, por ora, da concessão de licenças ambientais. Não possuímos certificações pela adoção de padrões internacionais de proteção ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia para o exercício de suas atividades. Contudo, a Companhia utiliza e possui registro de marcas mistas para distinguir seus produtos e suas atividades, bem como domínios de sítios na rede mundial de computadores.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 Receitas relevantes provenientes do exterior

A Companhia não possui ativos ou desempenha atividades relevantes.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8 Relações de longo prazo relevantes

A Companhia não possui ativos ou desempenha atividades relevantes.

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as relações importantes estão descritas como partes relacionadas e/ou no histórico da empresa.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. controladores diretos e indiretos

(i) Controladores diretos da Companhia: Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Banco Panamericano S.A.

(ii) Controladores indiretos da Companhia: BTG Pactual Holding S.A., Sr. André Santos Esteves, Caixa Participações S.A. e Caixa Econômica Federal.

b./c. controladas e coligadas

A Companhia não possui empresas controladas ou coligadas.

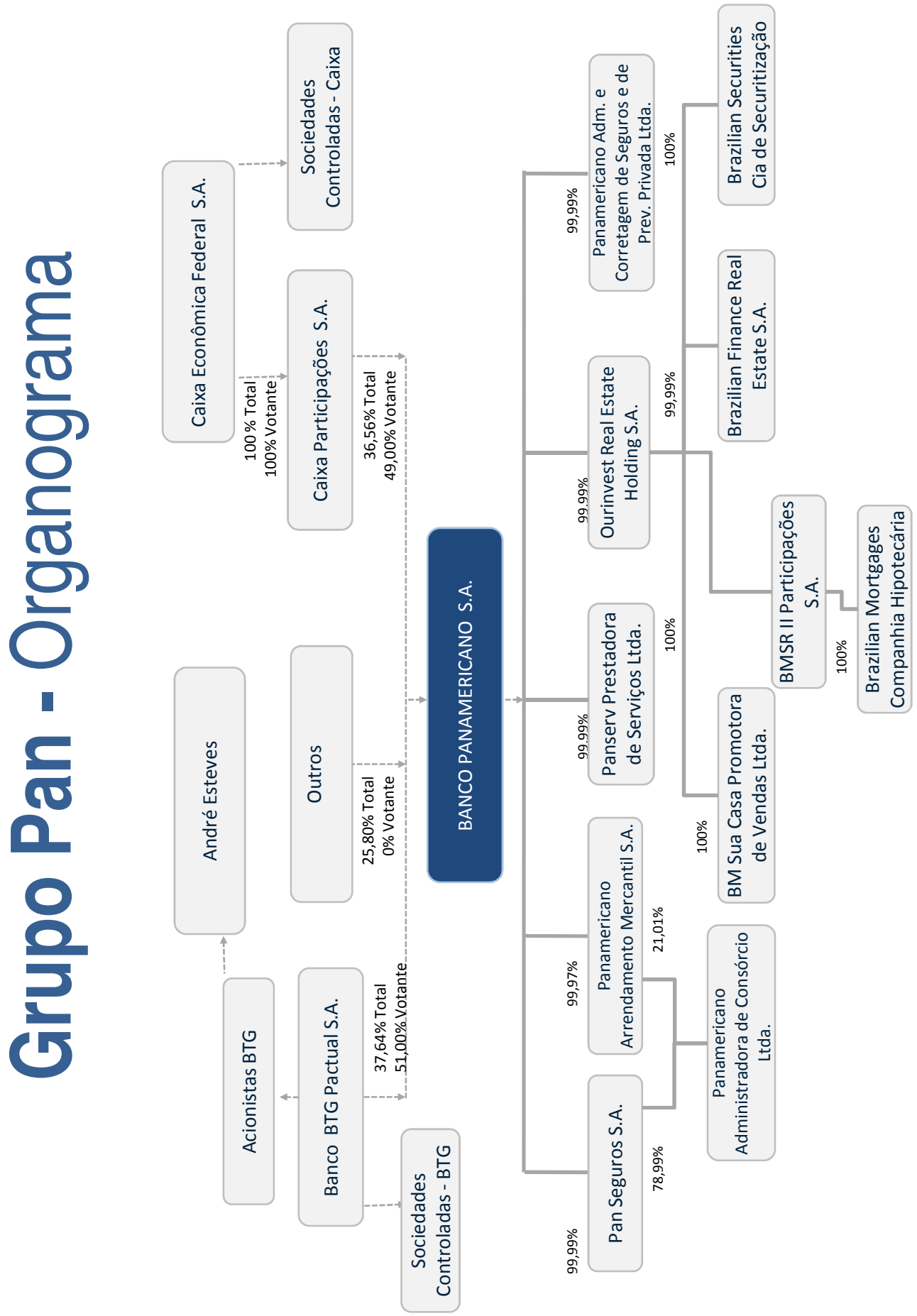
d. participações de sociedades do grupo na Companhia

Não há.

e. sociedades sob controle comum

A Companhia, juntamente com a Panamericano Administradora de Consórcio Ltda., BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., BMSR II Participações S.A., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, Brazilian Finance Real Estate S.A., está sob o controle indireto do Banco Panamericano S.A. O Banco Panamericano S.A. exerce, ainda, o controle direto sobre a Pan Seguros S.A., Panserv Prestadora de Serviços Ltda., Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e Previdência Privada Ltda., e Ourinvest Real Estate Holding S.A.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	**18/09/2013**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Redução de Capital na Brazilian Finance
Descrição da operação	Em 18 de setembro de 2013, houve a redução de capital da Brazilian Finance, em que a acionista da Brazilian Finance, Ourinvest Real Estate Holding S.A, recebeu, a título de restituição do capital, a participação societária detida pela Brazilian Finance na Brazilian Securities, na BMSRII Participações S.A. e na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

Data da operação	**19/07/2012**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aquuisição indireta do capital social da Cia
Descrição da operação	Nesta data houve a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e consequentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e Brazilian Securities Companhia de Securitização).

Data da operação	**19/07/2012**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Cisão Parcial da Controladora
Descrição da operação	A Ourinvest, acionista da BFRE, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. por meio da qual foi cindido da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários.

Data da operação	**16/07/2012**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Alienação e aquisição de ações entre acionistas
Descrição da operação	A TPG-Axon BFRE Holding LLC e a Coyote Trail, LLC alienaram a totalidade de suas participações na BFRE, representadas por 100% das ações preferenciais emitidas pela Companhia, em negociações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As ações foram adquiridas pela Ourinvest, que aumentou sua participação acionária, passando a ser detentora de 100% do capital social da BFRE.

8.4 - Outras informações relevantes

Outras informações relevantes – Grupo Econômico

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens abaixo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não Possui

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Brazilian Financial Center	Brasil	Registro em andamento	Ver item 9.2 deste Formulário de Referência.	Ver item 9.2 deste Formulário de Referência.
Marcas	BRAZILIAN FINANCE & REAL ESTATE	Brasil	Registrada até 2018	Não há eventos previstos, com exceção daqueles apontados na legislação pertinente.	Uma possível perda não prejudicará o curso normal dos negócios.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não Possui.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

a) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Nos termos da Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), o direito sobre a marca decorre da concessão do registro validamente expedido, que pode ser extinto (i) pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (ii) pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (iii) pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; ou (iv) pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro.

Deve-se ressaltar que os pedidos de registro de marca em análise perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) não garantem a seu titular o direito de uso exclusivo no Brasil e podem, inclusive, ao final do procedimento de exame ser indeferidos pela autoridade competente. Da mesma forma, não garantem que terceiros não possam se opor à utilização da marca, sob alegação de violar seus supostos direitos anteriores.

b) possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

A Companhia acredita que suas atividades poderão sofrer impacto se ocorrerem objeções ao uso das marcas que venham a se tornar definitivas, impossibilitando-a de usar tais marcas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Brazilian Finance e Real Estate S.A. ("Companhia" ou "BFRE") atualmente é uma holding não financeira sem ativos relevantes.

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Banco Panamericano S.A. ("Pan" ou "Banco") firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de contratos definitivos para a aquisição, por R$940,4 milhões, de 100% do capital social da Companhia. Em 25 de abril de 2012 os acionistas do Pan, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE. Em seguida, em 11 de junho de 2012, o Banco Central do Brasil ("Bacen") aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Pan. Atualmente, a gestão do caixa e investimentos da Companhia é feita de forma centralizada através da Tesouraria do Pan.

Com isso, em 19 de julho de 2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE, por meio da qual foi cindido o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos ("Brazilian Capital"). Adicionalmente, também em 19 de julho de 2012 e após a cisão descrita acima, foi concluída a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities.

Em 18 de setembro de 2013, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a redução de capital por excesso, conforme artigo 173, da Lei nº 6.404/76. A acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A recebeu a título de restituição do capital, os seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities – Companhia de Securitização no valor de R$ 221.687; (b) participação societária na BMSRII Participações S.A. no valor de R$ 282.352; e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. no valor de R$ 187.875, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31 de agosto de 2013.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Após a redução de capital ocorrida em 18 de setembro de 2013, a BFRE apresenta um volume pouco relevante de ativos, como demonstrado no quadro abaixo.

R$ mil	**31.12.2009**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2013**
Capital de Terceiros (Total)	972.841	1.400.325	1.652.181	1.900.633	12.967
Capital de Terceiros (Empréstimos, Recursos de Aceites e emissão de Títulos e Derivativos)	638.878	999.245	1.400.098	1.646.287	0
Patrimônio Líquido	610.911	711.452	762.113	795.223	35.634
Nível de Endividamento Total (NET)	1,59	1,97	2,17	2,39	0,36
Nível de Endividamento Parcial (NEP)	1,05	1,40	1,84	2,07	0,00

NET – Total de Capital de terceiros sobre Patrimônio Líquido

NEP – Soma de Empréstimos, Recursos de Aceites e emissão de Títulos e Derivativos sobre Patrimônio Líquido

É permitido o resgate de ações, desde que previamente aprovado em assembléia geral de acionistas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia entende que tem capacidade de honrar seus compromissos financeiros, mesmo em cenários de stress de mercado.

R$ milhões	**31.12.2009**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2013**
Ativo Circulante	801,9	1.229,5	1.158,4	1.509,8	26,3
Ativo Não Circulante	781,9	882,2	1.255,9	1.186,1	22,3
Passivo Circulante	692,3	1.040,2	1.306,8	1.119,6	10,5
Passivo Não Circulante	280,5	360,2	345,4	781,0	38,1
Índice de Liquidez Corrente (ILC)	**1,16**	**1,18**	**0,89**	**1,35**	**2,50**
Índice de Liquidez Geral (ILG)	**1,63**	**1,51**	**1,46**	**1,42**	**1,00**

ILC - Ativo Circulante sobre Passivo Circulante

ILG - Soma de Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, sobre a soma de Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

Em função da situação atual da BFRE, fontes de financiamento não são necessárias.

e) fontes de financiamento para capital de giro para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar cobertura de deficiência de liquidez.

Em função da situação atual da BFRE, fontes de financiamento não são necessárias.

f) Níveis de endividamento bancário, via TVM, e características de tais dívidas

A BFRE não possui qualquer forma de endividamento bancário.

g) limites de utilização de financiamentos já contratados

Em função da situação atual da BFRE, limites de financiamento não são necessários.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das Demonstrações do Resultado

Comparação entre o exercício social de 2013 e o exercício social de 2012

Segue abaixo a análise vertical e horizontal para o período apresentado:

Em R$ Mil	2012	AV	2013	AV	AH
Receita Operacional	**338.494**	**100,0%**	**169.989**	**100,0%**	**-49,8%**
Recebíveis Imobiliários	258.886	76,5%	150.769	88,7%	-41,8%
Resultado com locação e venda de imóveis	11.718	3,5%	-	0,0%	-100,0%
Benefício Residual em Op.Securitizadas	7.750	2,3%	5.143	3,0%	-33,6%
Receita de Prestação de Serviços	60.140	17,8%	14.077	8,3%	-76,6%
Receita / Despesas Financeiras	**(118.149)**	**-34,9%**	**(2.271)**	**-1,3%**	**-98,1%**
Receita Financeira	72.319	21,4%	109.504	64,4%	51,4%
Despesa Financeira	(190.468)	-56,3%	(111.775)	-65,8%	-41,3%
Despesas Gerais e Administrativas	**(240.919)**	**-71,2%**	**(128.418)**	**-75,5%**	**-46,7%**
Despesas com pessoal	(92.602)	-27,4%	(54.820)	-32,2%	-40,8%
Outras despesas Administrativas	(97.984)	-28,9%	(60.121)	-35,4%	-38,6%
Despesas de Impostos	(27.644)	-8,2%	(15.170)	-8,9%	-45,1%
Depreciação e Amortização	(2.675)	-0,8%	(1.648)	-1,0%	-38,4%
Outras receitas (despesas) operacionais	(20.014)	-5,9%	3.341	2,0%	-116,7%
Lucro Bruto	**(20.574)**	**-6,1%**	**39.300**	**23,1%**	**-291,0%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.263	1,3%	(12.192)	-7,2%	-386,0%
Lucro Líquido/Prejuízo	**(16.311)**	**-4,8%**	**27.108**	**15,9%**	**-266,2%**

Os resultados da Companhia no exercício social de 2013 consideram a consolidação de suas subsidiárias até 18 de setembro de 2013, quando houve uma reestruturação societária que retirou suas subsidiárias de seu controle.

O exercício de 2013 até o momento da reestruturação societária mencionada foi marcado pelo aumento no volume de securitização

A demanda por financiamentos imobiliários e Certificados de Recebíveis Imobiliários está cada vez maior e impactou positivamente o volume de operações da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação entre o exercício social de 2012 e o exercício social de 2011

Segue abaixo a análise vertical e horizontal para o período apresentado:

Em R$ Mil	2011	AV	2012	AV	AH
Receita Operacional	**279.431**	**100,0%**	**313.055**	**100,0%**	**12,0%**
Recebíveis Imobiliários	159.012	56,9%	233.447	74,6%	46,8%
Resultado com locação e venda de imóveis	36.230	13,0%	11.718	3,7%	-67,7%
Benefício Residual em Op.Securitizadas	16.336	5,8%	7.750	2,5%	-52,6%
Receita de Prestação de Serviços	67.853	24,3%	60.140	19,2%	-11,4%
Receita / Despesas Financeiras	**63.196**	**22,6%**	**(92.710)**	**-29,6%**	**-246,7%**
Receita Financeira	236.778	84,7%	72.319	23,1%	-69,5%
Despesa Financeira	(173.582)	-62,1%	(165.029)	-52,7%	-4,9%
Despesas Gerais e Administrativas	**(238.055)**	**-85,2%**	**(240.919)**	**-77,0%**	**1,2%**
Despesas com pessoal	(86.855)	-31,1%	(92.602)	-29,6%	6,6%
Outras despesas Administrativas	(100.798)	-36,1%	(97.984)	-31,3%	-2,8%
Despesas de Impostos	(23.062)	-8,3%	(27.644)	-8,8%	19,9%
Depreciação e Amortização	(2.016)	-0,7%	(2.675)	-0,9%	32,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	(25.324)	-9,1%	(20.014)	-6,4%	-21,0%
Lucro Bruto	**104.572**	**37,4%**	**(20.574)**	**-6,6%**	**-119,7%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(29.942)	-10,7%	4.263	1,4%	-114,2%
Lucro Líquido/Prejuízo	**74.630**	**26,7%**	**(16.311)**	**-5,2%**	**-121,9%**

Os resultados da Companhia no exercício social de 2012, no que se refere ao total de receitas operacionais, refletem uma redução das emissões de CRIs visando um aumento no volume de créditos em carteira para securitização de volumes maiores no futuro. Esta estratégia impacta negativamente o resultado no curto prazo, mas permitirá ganhos de escala nas atividades desempenhadas, suportadas também pela manutenção de condições macroeconômicas favoráveis e crescente demanda por produtos financeiros de base imobiliária.

A demanda por financiamentos imobiliários, Fundos de Investimento Imobiliários e Certificados de Recebíveis Imobiliários está cada vez maior e impacta positivamente o volume de operações da Companhia.

Os diretores acreditam que as variações nas Despesas Financeiras eram esperadas, em função da redução do CDI e de taxas melhores no *swap* da linha do BID, mesmo com um aumento no

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

endividamento da Companhia, conforme demonstrado anteriormente, para manter sua capacidade de concessão de financiamentos e de aquisição de recebíveis para futura securitização. Estes recursos, quando disponíveis, também contribuem para o crescimento das Receitas Financeiras.

A Companhia continua o processo de expansão do seu quadro de funcionários e treinamentos como fica refletido no aumento das Despesas com Pessoal. Adicionalmente, o aprimoramento de processos e sistemas é feito de forma contínua.

Comparação entre o exercício social de 2011 e o exercício social de 2010

Em R$ Mil	2010	AV	2011	AV	AH
Receita Operacional	**292.812**	**100,0%**	**279.431**	**100,0%**	**-4,6%**
Recebíveis Imobiliários	141.147	48,2%	159.012	56,9%	12,7%
Resultado com locação e venda de imóveis	67.204	23,0%	36.230	13,0%	-46,1%
Benefício Residual em Op. Securitizadas	6.927	2,4%	16.336	5,8%	135,8%
Receita de Prestação de Serviços	77.534	26,5%	67.853	24,3%	-12,5%
Receita / Despesas Financeiras	**22.522**	**7,7%**	**63.196**	**22,6%**	**180,6%**
Receita Financeira	138.783	47,4%	236.778	84,7%	70,6%
Despesa Financeira	(116.261)	-39,7%	(173.582)	-62,1%	49,3%
Despesas Gerais e Administrativas	**(159.132)**	**-54,3%**	**(238.055)**	**-70,5%**	**49,6%**
Despesas com pessoal	(65.784)	-22,5%	(86.855)	-25,7%	32,0%
Outras despesas Administrativas	(63.906)	-21,8%	(100.798)	-29,8%	57,7%
Despesas de Impostos	(16.282)	-5,6%	(23.062)	-6,8%	41,6%
Depreciação e Amortização	(1.058)	-0,4%	(2.016)	-0,6%	90,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.102)	-4,1%	(25.324)	-7,5%	109,3%
Lucro Bruto	**156.202**	**53,3%**	**104.572**	**31,0%**	**-33,1%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(39.182)	-13,4%	(29.942)	-8,9%	-23,6%
Lucro Líquido/Prejuízo	**117.020**	**40,0%**	**74.630**	**22,1%**	**-36,2%**

A Diretoria entende que os resultados da Companhia no exercício social de 2011, no que se refere ao total de receitas operacionais, reflete a manutenção da atividade desempenhada e das condições macroeconômicas favoráveis, e maior demanda por produtos financeiros de base imobiliária, bem como incremento de despesas relativas à expansão da estrutura da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As variações nas Despesas Financeiras eram esperadas em função do aumento no endividamento da Companhia, demonstrado anteriormente, para manter a capacidade de concessão de financiamentos e de aquisição de recebíveis para posterior securitização.

Os diretores advertem que em função da adoção de normas internacionais de contabilidades pela Companhia a partir do exercício social de 2009, comparações com exercícios anteriores não são consistentes e precisas, podendo induzir à má interpretação das informações.

i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

A BFRE não possui qualquer forma de empréstimos e financiamentos bancários.

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em função da situação atual da BFRE, não há relacionamento de longo prazo com instituições financeiras.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não há.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.
Não há.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos Diretores:

a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Após a redução de capital ocorrida em 18 de setembro de 2013, as receitas da Companhia decorrem de aplicações financeiras.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Após a redução de capital ocorrida em 18 de setembro de 2013, a Companhia não apresenta linhas operacionais de negócio.

Análise das Demonstrações de Resultados:

Exercício social de 2013

Em R$ Mil	**2013**
Receita Operacional	**169.989**
Recebíveis Imobiliários	150.769
Resultado com locação e venda de imóveis	-
Benefício Residual em Op.Securitizadas	5.143
Receita de Prestação de Serviços	14.077
Receita / Despesas Financeiras	**(2.271)**
Receita Financeira	109.504
Despesa Financeira	(111.775)
Despesas Gerais e Administrativas	**(128.418)**
Despesas com pessoal	(54.820)
Outras despesas Administrativas	(60.121)
Despesas de Impostos	(15.170)
Depreciação e Amortização	(1.648)
Outras receitas (despesas) operacionais	3.341
Lucro Bruto	**39.300**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.192)
Lucro Líquido/Prejuízo	**27.108**

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receita Operacional

A receita operacional foi de R$169,9 milhões, proveniente principalmente de recebíveis imobiliários, que representaram 88,7% de tal receita, da receita de prestação de serviços, equivalente a 8,3%, e do benefício residuol e, op.securitizadas, equivalente a 3% da receita operacional.

Receita/Despesas Financeiras

O resultado de receitas (despesas) financeiras apurado no exercício social de 2013 foi de (R$2,3 milhões), compreendendo basicamente a receita financeira de R$109,5 milhões e a despesa financeira de (R$111,8 milhões).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício social de 2013 foram de R$128,4 milhões, tendo sido compostas principalmente pelas despesas com pessoal, que corresponderam por 42,7% das despesas gerais e administrativas, e pelas outras despesas administrativas, que foram responsáveis por 46,8%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social correspondeu a (R$12,2 milhões), devidas basicamente à constituição de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Lucro líquido/Prejuízo

O lucro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R$27,1 milhões.

Exercício social de 2012

Em R$ Mil	**2012**
Receita Operacional	**313.055**
Recebíveis Imobiliários	233.447
Resultado com locação e venda de imóveis	11.718
Benefício Residual em Op.Securitizadas	7.750
Receita de Prestação de Serviços	60.140
Receita / Despesas Financeiras	**(92.710)**
Receita Financeira	72.319
Despesa Financeira	(165.029)
Despesas Gerais e Administrativas	**(240.919)**
Despesas com pessoal	(92.602)

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Outras despesas Administrativas	(97.984)
Despesas de Impostos	(27.644)
Depreciação e Amortização	(2.675)
Outras receitas (despesas) operacionais	(20.014)
Lucro Bruto	**(20.574)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.263
Lucro Líquido/Prejuízo	**(16.311)**

Receita Operacional

A receita operacional foi de R$313,1 milhões, proveniente principalmente de recebíveis imobiliários, que representaram 74,6% de tal receita, da receita de prestação de serviços, equivalente a 19,2%, e do resultado com locação e venda de imóveis, equivalente a 3,7% da receita operacional.

Receita/Despesas Financeiras

O resultado de receitas (despesas) financeiras apurado no exercício social de 2012 foi de (R$92,7 milhões), compreendendo basicamente a receita financeira de R$72,3 milhões e a despesa financeira de R$165,0 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício social de 2012 foram de R$240,9 milhões, tendo sido compostas principalmente pelas despesas com pessoal, que corresponderam por 38,4% das despesas gerais e administrativas, e pelas outras despesas administrativas, que foram responsáveis por 40,7%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social correspondeu a R$4,3 milhões, devidas basicamente à constituição de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Lucro líquido/Prejuízo

O prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R$16,3 milhões.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exercício social de 2011

Em R$ Mil	**2011**
Receita Operacional	**279.431**
Recebíveis Imobiliários	159.012
Resultado com locação e venda de imóveis	36.230
Benefício Residual em Op.Securitizadas	16.336
Receita de Prestação de Serviços	67.853
Receita / Despesas Financeiras	**63.196**
Receita Financeira	236.778
Despesa Financeira	(173.582)
Despesas Gerais e Administrativas	**(238.055)**
Despesas com pessoal	(86.855)
Outras despesas Administrativas	(100.798)
Despesas de Impostos	(23.062)
Depreciação e Amortização	(2.016)
Outras receitas (despesas) operacionais	(25.324)
Lucro Bruto	**104.572**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(29.942)
Lucro Líquido/Prejuízo	**74.630**

Receita Operacional

A receita operacional foi de R$279,4 milhões, proveniente principalmente de recebíveis imobiliários que representaram 56,9% de tal receita, da receita de prestação de serviços, equivalente a 24,3%, e do resultado com locação e venda de imóveis, equivalente a 13,0% da receita operacional.

Receita/Despesas Financeiras

O resultado de receitas (despesas) financeiras apurado em 2011 foi de R$63,2 milhões, compreendendo, basicamente a receita financeira de R$236,8 milhões e a despesa financeira de R$173,6 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

O resultado de despesas gerais e administrativas apurado em 2011 foi de R$238,1 milhões, tendo sido composto principalmente pelas despesas com pessoal, que corresponderam a 36,5% das despesas gerais e administrativas, e pelas outras despesas administrativas, que foram responsáveis por 42,3%.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social correspondeu a R$29,9 milhões.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$74,6 milhões.

Exercício social de 2010

Em R$ Mil	**2010**
Receita Operacional	**292.812**
Recebíveis Imobiliários	141.147
Resultado com locação e venda de imóveis	67.204
Benefício Residual em Op.Securitizadas	6.927
Receita de Prestação de Serviços	77.534
Receita / Despesas Financeiras	**22.522**
Receita Financeira	138.783
Despesa Financeira	(116.261)
Despesas Gerais e Administrativas	**(159.132)**
Despesas com pessoal	(65.784)
Outras despesas Administrativas	(63.906)
Despesas de Impostos	(16.282)
Depreciação e Amortização	(1.058)
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.102)
Lucro Bruto	**156.202**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(39.182)
Lucro Líquido/Prejuízo	**117.020**

Receita Operacional

A receita operacional foi de R$292,8 milhões, proveniente principalmente de recebíveis imobiliários que representaram 48,2% de tal receita, da receita de prestação de serviços, equivalente a 26,5%, e do resultado com locação e venda de imóveis, equivalente a 23,0% da receita operacional.

Receita/Despesas Financeiras

O resultado de receitas (despesas) financeiras apurado em 2010 foi de R$22,5 milhões, compreendendo basicamente a receita financeira de R$138,8 milhões e a despesa financeira de R$116,3 milhões.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas em 2010 foram de R$159,1 milhões, tendo sido compostas principalmente pelas despesas com pessoal, que corresponderam a 41,3% das despesas gerais e administrativas, e pelas outras despesas administrativas, que foram responsáveis por 40,2%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social correspondeu a R$39,2 milhões.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R$117,0 milhões.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro o emissor.

Exposição Cambial

A Companhia não está exposta a variação cambial.

Inflação

O lucro líquido da Companhia pode ser prejudicado pela alta dos índices inflacionários no Brasil, que em geral elevam os custos e reduzem as margens operacionais, caso a alta da inflação não seja acompanhada de concomitante alta das taxas e *spreads* de juros.

Taxas de Juros

As flutuações das taxas de juros brasileiras afetam significativamente os resultados da Companhia. A elevação das taxas de juros pode afetar positivamente a receita da Companhia, uma vez que as taxas de juros relativas aos seus ativos se elevam. Por outro lado, movimento inverso prejudica as receitas da Companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Após a redução de capital ocorrida de em 18 de setembro de 2013, as receitas da Companhia decorrem de aplicações financeiras.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 30 de outubro de 2009, a BFRE vendeu a totalidade de sua participação na sociedade Cores da Lapa Empreendimento Imobiliário S.A. à outra acionista, Klabin Segall S.A.

Em 16 de dezembro de 2009, os acionistas da Companhia deliberaram um aumento de capital, mediante a emissão de 19.274.585 novas ações, sendo 3.854.917 novas ações ordinárias e 15.419.668 novas ações preferenciais, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Coyote Trail, LLC ("Coyote") em moeda corrente nacional, em razão da cessão gratuita de direitos de subscrição pela Ourinvest e pela TPG.

Em 15 de janeiro de 2010, a Coyote, por meio do Contrato de Opção de Compra de Ações, exerceu a opção de compra de 5.510.903 ações ordinárias e 22.043.612 ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade da Ourinvest.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia, através de sua subsidiária BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., vendeu a totalidade de sua participação na sociedade Parque Cidade Incorporações S/A à outra acionista, MB Engenharia S.A.

Em 16 de julho de 2012, a TPG e a Coyote alienaram a totalidade de suas participações na BFRE, representadas por 100% das ações preferenciais emitidas pela Companhia, em negociações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As ações foram adquiridas pela Ourinvest, que aumentou sua participação acionária, passando a ser detentora de 100% do capital social da BFRE. Desta forma, atualmente, a única acionista da Companhia é a Ourinvest.

Em 19 de julho de 2012, a Ourinvest, acionista da BFRE, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. ("BPMB IV"), por meio da qual foi cindido da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários. Adicionalmente, na mesma data e após a cisão descrita acima, foram concluídas: (i) a aquisição indireta, pelo Banco Panamericano S.A., de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e Brazilian Securities Companhia de Securitização); e (ii) a aquisição indireta, pelo Banco BTG Pactual S.A., de 100% do capital social da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários, a qual desenvolve atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação.

Em 18 de setembro de 2013, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a redução de capital por excesso, conforme artigo 173, da Lei nº 6.404/76. A acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A recebeu a título de restituição do capital, os seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities – Companhia de Securitização no valor de R$ 221.687; (b) participação societária na BMSRII Participações S.A. no valor de R$ 282.352; e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. no valor de R$ 187.875, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31 de agosto de 2013.

c) eventos ou operações não usuais

O evento não usual ocorrido no exercício de 2013 foi a redução de capital descrita acima.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 - Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis:

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, que modificou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Novas normas e interpretações de normas que alteraram as práticas adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sendo requeridas para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

Dessa forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), e as Interpretações do Comitê de Interpretações de Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC"), bem como com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Imobiliários - CVM.

A descrição detalhada das práticas contábeis e critérios de avaliação utilizados pela Companhia para a elaboração das referidas demonstrações financeiras está apresentada em Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Nota 2 – Resumo das Principais Políticas Contábeis e Critérios de Apuração).

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Conforme descrito no item anterior, as alterações em práticas contábeis mais significativas ocorreram ainda em 2010, com o advento da adoção completa das normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM (IFRS). Dessa forma, as informações financeiras divulgadas no período de 2010 a 2013 já foram elaboradas de forma uniforme, não havendo impactos significativos em decorrência de eventuais mudanças em práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

O parecer emitido pela Moore Stephens Lima Lucchesi em 17 de fevereiro de 2014, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentou somente uma ênfase, relacionada à mudança de controle acionário, conforme já comentado no item anterior.

i) Em 18 de setembro de 2013, os acionistas da Companhia (“BFRE”), reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a redução de capital por excesso, conforme artigo 173, da Lei nº 6.404/76. A acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A recebeu a título de restituição do capital, os seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities – Companhia de Securitização no valor de R$ 221.687 mil; (b) participação societária na BMSRII Participações S.A. no valor de R$ 282.352 mil; e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. no valor de R$ 187.875 mil, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31 de agosto de 2013. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, as demonstrações contábeis consolidadas (exceto demonstração do resultado que inclui operações até 31 de agosto de 2013) da Companhia ("BFRE") não incluem valores relativos as empresas Brazilian Securities - Companhia de Securitização, BMSRII Participações S.A. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

ii) A Brazilian Finance & Real Estate S.A. mantém em 31 de dezembro de 2013, registrado em seu ativo, créditos tributários ativos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, no montante de R$ 21.423 mil. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está condicionado à geração de lucros tributáveis futuros. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

iii) As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Brazilian Finance & Real Estate S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento no Fundo Premier Realty pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Políticas Contábeis Críticas:

As práticas contábeis de maior criticidade, no caso da Companhia, são aquelas sujeitas a estimativas e julgamentos contábeis baseados em premissas, pois podem apresentar, no futuro, resultados diferentes daqueles projetados ou estimados. De acordo com a nossa opinião, as situações que envolvem maior criticidade são:

i) Valor justo dos instrumentos financeiros:

Especificamente no caso de instrumentos financeiros que não possuem seus preços cotados em mercado ativo e, portanto, suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, a mensuração dos respectivos valores justos é efetuada mediante a utilização de modelos internos, baseado em parâmetros de mercado observáveis.

As técnicas de avaliação utilizadas em nossos modelos internos consideram principalmente operações recentes realizadas pela Companhia (características e riscos similares) e fluxos de caixa trazidos ao valor presente. As políticas contábeis descritas na notas explicativas 2(c) e 2(d), às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definição e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo".

As razões que nos levaram a adotar os referidos modelos internos para apuração do valor justo, quando estes não estão disponíveis ao mercado, são principalmente:

(a) Os modelos adotados estão alinhados com as práticas usuais de mercado e com as diretrizes regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

(b) Contemplam as melhores informações disponíveis ou observáveis na data das demonstrações financeiras, e, portanto, possibilitam ao leitor das referidas demonstrações um entendimento adequado dos valores apresentados e da real situação financeira desses instrumentos financeiros;

10.5 - Políticas contábeis críticas

(c) São aplicados de forma uniforme e são revisados periodicamente por área independente (Riscos de Mercado), bem como pelos nossos auditores independentes.

iii) Constituição de créditos tributários:

De acordo com as informações divulgadas na nota 2(n), a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. A nota explicativa 19 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações.

As razões que nos levaram a optar pelo registro dos referidos créditos tributários são principalmente:

(a) Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários, portanto, proporciona ao leitor das demonstrações contábeis a melhor estimativa do impacto que esses créditos podem acarretar na situação financeira e patrimonial da Companhia;

(b) As projeções de resultados futuros são elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, e são revisadas e aprovadas pelos órgãos da administração da companhia e, também da companhia controladora, ou seja, refletem a real expectativa da administração;

(c) A prática adotada está de acordo com as diretrizes regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no âmbito da Instrução CVM 371/2002;

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A nova Diretoria Executiva concentra seus esforços na melhoria dos padrões de governança, gerenciamento e controle, adequando os processos vigentes às suas diretrizes. Buscou-se a adequação dos registros contábeis e gerenciais da Companhia e, ao mesmo tempo, uma profunda e minuciosa revisão de estrutura, processos e contratos vigentes, resultando em melhoria dos padrões de gestão e em ganho de eficiência. A estrutura de governança foi totalmente reformulada, possibilitando maior transparência dos atos de gestão e mensuração do impacto desses atos no resultado da Companhia. O ambiente de controle foi aperfeiçoado a partir da revisão de processos e de toda a estrutura de políticas e comitês corporativos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Ambiente de Controle

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão da Companhia, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente, a estrutura de Auditoria e Relações com Investidores. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria & Compliance, que possui a atribuição de gestão de todos os riscos aos quais a atividade bancária está sujeita.

A Companhia controla permanentemente seus riscos implementando medidas que permitam a adequada identificação, mensuração e controle dos riscos incorridos, incluindo mudanças nos processos, investimentos em equipamentos e instalações, além do treinamento do pessoal operacional e de apoio.

A gestão de riscos envolve:

(a) Análise de riscos - Visando a identificar e quantificar os níveis de exposição aos riscos operacionais nas negociações, investimentos e operações de risco da instituição, incluindo os riscos ambientais e de segurança de trabalho;

(b) Avaliação da qualidade dos controles existentes para a mitigação de riscos;

(c) Realização de testes para avaliação da efetividade dos controles internos;

(d) Implementação de medidas e ações preventivas para redução das chances de sinistros e de suas perdas potenciais; e

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

(e) Monitoramento de riscos - programa de monitoramento contínuo de riscos potenciais no ambiente operacional.

A Gerência Geral de Auditoria Interna atua de forma independente com reporte ao Comitê de Auditoria, e focou seus trabalhos na avaliação dos processos, procedimentos e sistemas, reestruturação da área e contratação de profissionais experientes.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

A Companhia está analisando as recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente e irá atender, na elaboração de suas demonstrações financeiras, todas aquelas que considerar pertinentes.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

A Companhia não realizou ofertas publicas de distribuição de valores.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e propósito da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Principais elementos do Plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos):

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimentos em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

Não aplicável

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços):

Não aplicável

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Estrutura administrativa da Companhia, conforme Estatuto Social e regimento interno:

a. Atribuições de cada órgão:

Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições previstas em lei ou no Estatuto Social e observadas as competências específicas da Assembleia Geral:

I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II. eleger e destituir os Diretores da Companhia;

III. atribuir a cada Diretor suas respectivas funções;

IV. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

V. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

VI. escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

VII. convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

VIII. apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

IX. aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução;

X. aprovar a realização de qualquer investimento de valor superior a R$5.000.000,00, exceto investimentos no curso normal dos negócios;

XI. aprovar a realização de venda, aluguel, cessão ou transferência de ativos de valor total superior a R$5.000.000,00, exceto quando realizados no curso normal dos negócios;

XII. aprovar a constituição de quaisquer ônus ou garantias sobre ativos de valor que supere, individual ou conjuntamente, R$5.000.000,00, com exceção de operações realizadas no curso normal dos negócios, e aprovar a outorga de fianças ou avais, exceto se tais garantias forem concedidas em benefício de operações de subsidiárias da Companhia;

XIII. deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País ou no exterior;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

XIV. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades;

XV. autorizar a emissão de ações da Companhia, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, bem como a respeito do resgate de ações preferenciais classe A ou classe B;

XVI. outorgar opção de compra ou subscrição de ações ou Units a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral;

XVII. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

XVIII. distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, parcela da remuneração anual global dos Administradores fixada pela Assembleia Geral;

XIX. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

XX. deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures;

XXI. elaborar a política interna da Companhia relativa à divulgação de informações ao mercado, se exigida;

XXII. solicitar informações sobre os contratos celebrados, ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos relacionados à Companhia;

XXIII. dispor sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;

XXIV. autorizar o levantamento de demonstrações financeiras e a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio em períodos iguais ou menores a 6 (seis) meses, à conta do lucro apurado nessas demonstrações financeiras ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial anual ou semestral;

XXV. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria;

XXVI. aprovar a cisão, incorporação, reorganização ou fusão envolvendo subsidiárias da Companhia, bem como a aquisição de outras sociedades, ou o cancelamento de registro de companhia aberta;

XXVII. aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às sociedades controladas ou coligadas da Companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

XXVIII. aprovar qualquer movimento que possa resultar na redução da participação societária detida pela Companhia em suas subsidiárias, exceto subsidiárias de propósito específico;

XXIX. aprovar a criação ou a emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações;

XXX. Aprovar a contratação de empréstimos ou financiamentos pela Companhia que, na data de sua contratação e imediatamente após essa contratação, resultem em um índice de Dívida Total Consolidada sobre Patrimônio Líquido Consolidado que seja superior a 5:1;

XXXI. Aprovar celebração de acordos, transação, renúncia de direitos, cessão ou conciliação em processos contenciosos relevantes envolvendo a Companhia;

XXXII. Aprovar celebração de qualquer contrato ou acordo que restrinja a liberdade da Companhia de ingressar em qualquer linha de negócios, ou de competir em qualquer linha de negócios com qualquer pessoa (salvo nos casos de contratos de administração de recursos que contenham exclusividade durante o período de investimento); e

XXXIII. Aprovar a contratação ou a alteração de condições das operações ou negócios com partes relacionadas aos Diretores, aos acionistas e à Companhia, com exceção de (i) operações já contratadas com partes relacionadas; (ii) prestação de serviços e operações entre a Companhia e suas subsidiárias e entre as suas subsidiárias, observadas as exigências previstas na Lei e Regulamentos e (iii) investimentos realizados por partes relacionadas em valores mobiliários ofertados no curso normal dos negócios da Companhia, observando condições de mercado.

Diretoria

A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais e estatutárias pertinentes. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. cumprir e fazer cumprir seu Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

III. propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia; e

IV. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

b. Conselho Fiscal e Comitês:

Não há Conselho Fiscal instalado ou comitês criados.

c. Avaliação de desempenho de cada órgão:

Não foram estabelecidos mecanismos formais para a avaliação de desempenho de cada órgão.

d. Atribuições e poderes individuais dos membros da diretoria:

Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social; (iii) superintender todas as operações da Companhia, acompanhando seu andamento; (iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (v) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas Assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais participar; (vi) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração, a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; (vii) indicar o substituto dos demais Diretores nos casos de ausência ou impedimento temporário; (viii) indicar o substituto provisório dos demais Diretores nos casos de vacância; e (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Diretor Vice-Presidente: (i) auxiliar o Diretor Presidente no exercício das suas funções; (ii) coordenar e dirigir as atividades atribuídas à diretoria administrativa financeira da Companhia e à área de planejamento; (iii) coordenar e supervisionar o desempenho e os resultados das áreas de controladoria e finanças de acordo com as metas estabelecidas; (iv) otimizar e gerir as informações e os resultados econômico-financeiros da Companhia; (v) supervisionar o orçamento da Companhia de acordo com os planos e programas estabelecidos; (vi) administrar recursos financeiros, a receita operacional e não operacional; (vii) coordenar a implantação de sistemas financeiros e de informação gerencial; (viii) analisar os registros contábeis das transações em que a Companhia seja parte; (ix) promover estudos e propor alternativas para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia; (x) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (xi) apresentar e submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação; e (xii) exercer outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (ii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; e (iii) exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

Os demais membros da Diretoria não possuem atribuições estatutárias específicas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

e. Avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração e diretoria:

Não foram estabelecidos mecanismos formais para a avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração e da diretoria.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação:

A primeira convocação é feita com 15 dias de antecedência da data de realização da assembléia geral e a segunda com 8 dias de antecedência.

b. Competências:

Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

I. Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

II. Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

III. Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

IV. Aprovar a utilização dos recursos obtidos pela Companhia em emissões de ações de modo diverso daquele proposto quando da realização da respectiva emissão;

V. Aprovar alterações relevantes nas atividades desenvolvidas pela Companhia;

VI. Realizar qualquer alteração na estrutura de capital, desmembramentos de ações, grupamento, conversão de classes de ações ou ações similares que afetem o capital social, as ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, com exceção (i) de emissões adicionais de ações dentro do limite do capital autorizado, (ii) do resgate das ações preferenciais classe A ou classe B e (iii) das conversões de ações preferenciais classe A ou classe B em preferenciais classe C previstas no Estatuto;

VII. Aprovar qualquer redução de capital ou aquisições para tesouraria ou posterior cancelamento de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da própria Companhia;

VIII. Realizar qualquer alteração do estatuto social;

IX. Aprovar a cisão, incorporação, reorganização ou fusão da Companhia ou pela Companhia;

X. Aprovar o cancelamento de registro de companhia aberta;

XI. Aprovar o pagamento ou declaração de dividendos ou distribuições (por qualquer meio, inclusive recompra de ações, mas excetuado o pagamento decorrente do resgate de ações preferenciais classe A ou classe B, que não depende de deliberação assemblear);

XII. Aprovar a prática pela Companhia de atividades fora das usualmente praticadas ou a cessação da prática das atividades e negócios que constituem as atividades principais da Companhia;

XIII. Aprovar a liquidação, reorganização, dissolução, encerramento ou pedido voluntário de falência;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

XIV. Aprovar a modificação no número de membros do Conselho de Administração ou as regras de eleição de seus membros;

XV. Aprovar qualquer associação, joint venture ou arranjos similares com exceção daqueles realizados no curso normal dos negócios (excetuados expressamente os arranjos realizados no curso normal dos negócios por subsidiárias de propósito específico para o fim exclusivo de tornarem-se titulares de ativos imobiliários, empréstimos securitizados ou outros investimentos relacionados às atividades e negócios habituais da Companhia);

XVI. Aprovar a alteração do exercício social da Companhia ou de políticas contábeis, salvo se exigida por lei ou de acordo com as práticas contábeis brasileiras;

XVII. Aprovar a remuneração global dos Administradores; e

XVIII. Aprovar o compromisso pela Companhia, sob qualquer forma, de praticar quaisquer das ações anteriormente listadas.

c. Endereço (físico ou eletrônico) no qual os documentos relativos às assembleias gerais estão disponíveis:

Endereço físico: Avenida Paulista, nº 1.374, 15º andar, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP: 01310-100.

Endereço eletrônico: www.bfre.com.br e www.cvm.gov.br.

d. Identificação e administração de conflito de interesses:

Além das hipóteses previstas na legislação pertinente aos casos em que houver conflito de interesses entre os acionistas da Companhia e a Companhia, o Grupo Brazilian Finance & Real Estate também previu hipóteses de conflito de interesses entre os seus colaboradores e seus familiares com a Companhia e seus clientes.

Desta forma, a Companhia listou algumas situações que caracterizam conflito de interesses em seu Código de Ética, bem como as providências a serem tomadas para solução destes conflitos, caso venham a ocorrer.

e. Procurações solicitadas pela administração para o exercício do direito de voto:

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, pode o acionista ser representado por seu procurador validamente constituído para o fim específico de exercer o direito de voto na deliberação da Companhia.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações:

Nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas poderão ser representados nas Assembléias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, devendo, neste casos, apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias

A Companhia não possui fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembléias

A Companhia não transmite suas assembléias ao vivo do vídeo e/ou áudio.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia nunca necessitou de mecanismos para referida inclusão, uma vez que todas as assembléias da Companhia são regulares e as matérias submetidas à deliberação são aprovadas por unanimidade, sem a necessidade de novas inclusões.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo - SP	27/02/2014
		Diário Oficial do Estado de Sao Paulo - SP	27/02/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio e Indústria - SP	22/02/2013
		Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	22/02/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio e Indústria - SP	25/02/2012
		Diário Oficial do Estado de Sao Paulo - SP	25/02/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio e Indústria - SP	20/04/2012
		Diário Oficial do Estado de Sao Paulo - SP	20/04/2012

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Frequência das reuniões

O Conselho de Administração se reúne, no mínimo, 1 (uma) vez ao ano em data fixada previamente entre os membros do Conselho. Excepcionalmente, o Conselho de Administração se reúne para deliberar sobre matérias extraordinárias.

b. Exercício do Direito de Voto, segundo o Acordo de Acionistas

A Companhia possui em seu Acordo de Acionistas, disposições que estabelecem restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração, conforme descrito no item 15.5 "d" deste Formulário de Referência.

c. Regras de identificação e administração de conflito de interesses:

A Companhia cumpre com o estabelecido pela legislação e regulamentação quanto à identificação e administração de conflitos de interesses, conforme descrito no item 16.3 deste Formulário de Referência.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Eduardo Nogueira Domeque	41	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2015	RCA após AGO 2017
260.764.368-67	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	05/05/2015	Sim
José Luiz Trevisan Ribeiro	53	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2015	RCA após AGO 2017
462.802.359-04	Economista	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	05/05/2015	Sim
Não há.				
Leandro de Azambuja Micotti	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	AGO 2017
167.898.058-77	Advogado	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	04/05/2015	Sim
Paulo Alexandre da Graça Cunha	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	AGO 2017
109.628.468-56	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/05/2015	Sim
Jose Luiz Acar Pedro	63	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2015	CA (AGO 2017) Diretoria (1ª RCA após AGO 2017)
607.571.598-34	Administrador de Empresas e Contador	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	04/05/2015	Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Eduardo Nogueira Domeque - 260.764.368-67

Formado em Administração de Empresas pela EAESP/FGV, possui mais de 15 anos de experiência no mercado financeiro. Ingressou no Banco BTG Pactual em 1997, onde exerceu diversas posições gerenciais, entre elas as de co-responsável pela Área de Relacionamento com Clientes Institucionais, Renda Fixa, Moedas e Commodities, responsável pela Área de Relacionamento com Clientes Institucionais e responsável pela Mesa de Clientes Corporativos. Foi eleito Diretor do Banco Panamericano em 05/04/2011. Desde maio de 2012 é suplente do Conselho de Administração da Brazilian Finance & Real Estate S.A. Não existe nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador.

José Luiz Trevisan Ribeiro - 462.802.359-04

Formado em Economia pela Faculdade de Plácido e Silva, com pós graduação em Finanças e Administração de Empresas pela FAE Centro Universitário e MBA em Controladoria pela Universidade de São Paulo. Ingressou na Caixa Economica Federal em 1981, onde exerceu diversas posições gerenciais, entre elas as de Superintendente Nacional da área de desenvolvimento e estratégias empresarias e Diretor da área de Riscos. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Leandro de Azambuja Micotti - 167.898.058-77

Formado em Direito pela Universidade Mackenzie, com especialização em Direito Empresarial pela PUC/SP, possui mais de 20 anos de experiência profissional, tendo ingressado no Banco BTG Pactual em 1997, onde ocupou diversas posições gerenciais, sendo a última como responsável pelo Departamento Jurídico no Brasil. Foi eleito Diretor do Banco Panamericano em 05/04/2011. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Paulo Alexandre da Graça Cunha - 109.628.468-56

Formado Engenharia da Computação pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), possui mais de 18 anos de experiência no Banco BTG Pactual, onde foi, desde 2009, responsável pelas áreas de estruturação e gestão da carteira proprietária de securitizações de recebíveis. Antes disso, foi por quase dois anos Diretor do Banco Matone, atuando como responsável pelas áreas de crédito consignado e imobiliário. Ingressou inicialmente no Banco Pactual em 1992, tendo trabalhado no desenvolvimento de sistemas, na área comercial corporativa, no desenvolvimento de produtos para a área de Asset Management e como responsável pelo Private Banking. Entre 2002 e 2007, atuou no desenvolvimento de produtos para todos os negócios do Pactual. Foi eleito Diretor do Banco Panamericano em 05/04/2011. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Jose Luiz Acar Pedro - 607.571.598-34

Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas de Santana e em Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu, atua no mercado financeiro há aproximadamente 40 anos. Iniciou sua carreira em 1971 no BCN, sendo eleito Diretor em 1986, Vice-Presidente Executivo em 1996 e Diretor-Presidente em 1999. Em 2003, foi eleito Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco, onde atuou também como membro do Conselho Executivo. Entre as posições que ocupou estão ainda, entre outras, a de Diretor do Banco Alvorada, Diretor Vice-Presidente do Banco BankPar, Diretor do Banco Boa Vista Interatlântico, Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros e Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco BBI, Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco Cartões, Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco Financiamentos, Diretor Vice-Presidente da BEM DTVM, Diretor Vice-Presidente da Bradesco Administradora de Consórcios e Diretor Vice-Presidente do Banco IBI. Não existe nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há comitês.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações familiares.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2013

Administrador do Emissor

José Luiz Acar Pedro	607.571.598-34	Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Banco Panamericano S.A.	59.285.411/0001-13
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	

Observação

Administrador do Emissor

Jose Luiz Acar Pedro	607.571.598-34	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Ourinvest Real Estate Holding S.A.	07.951.440/0001-73
Diretor	

Observação

Administrador do Emissor

Eduardo Nogueira Domeque	260.764.368-67	Subordinação	Controlador Indireto
Diretor de Relações com Investidores			

Pessoa Relacionada

Banco Panamericano S.A.	59.285.411/0001-13
Diretor	

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Eduardo Nogueira Domeque	260.764.368-67	Subordinação	Controlador Direto
Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	07.951.440/0001-73		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Leandro de Azambuja Micotti	167.898.058-77	Subordinação	Controlador Indireto
Vice Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Panamericano S.A.	59.285.411/0001-13		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Leandro de Azambuja Micotti	167.898.058-77	Subordinação	Controlador Direto
Vice Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	07.951.440/0001-73		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Paulo Alexandre da Graça Cunha	109.628.468-56	Subordinação	Controlador Indireto
Diretor			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Banco Panamericano S.A.	59.285.411/0001-13		
Diretor			
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólice de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não há.

12.12 - Outras informações relevantes

Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e o comprometimento dos seus profissionais, por meio do pagamento de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos diretores da Companhia segue padrões de mercado, sendo paga na forma de pró-labore e abono extraordinário.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria.

b. Composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta por (a) pró-labore mensal; (b) abono extraordinário; e (c) benefícios (os quais são compostos por seguro de vida, assistência médica e odontológica). O objetivo da remuneração paga aos Diretores é a seguinte:

(a) Pró-labore mensal – remunerar os Diretores pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido;

(b) Abono extraordinário – estimular a cultura de alta performance e a sustentabilidade do negócio; e

(c) Benefícios – atender as necessidades básicas dos membros da Diretoria.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: 26% da remuneração total correspondem à remuneração fixa (pró-labore mensal); 70% correspondem ao abono extraordinário; e 4% aos benefícios listados no item 13.1.b.c acima.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

O valor da remuneração dos Diretores da Companhia é calculado levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade da Companhia. A remuneração da Diretoria é reajustada anualmente, de acordo com o mercado. A Companhia estuda as remunerações praticadas pelo mercado por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo porte, do mesmo setor e localizadas na mesma região da Companhia.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

Remunerar os profissionais de acordo com a prática de mercado e o nível de competitividade da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

Os indicadores de desempenho para o pagamento do pró-labore têm como embasamento a experiência e a responsabilidade do cargo de cada administrador. A remuneração variável leva em consideração o alcance e a superação de metas pessoais estabelecidas anualmente pela gestão, sendo levados em consideração os seguintes critérios: foco estratégico, foco nos resultados e nos custos, trabalho em equipe, meritocracia, empreendedorismo e gestão de pessoas.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conselho de Administração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

O acompanhamento dos indicadores de desempenho é realizado anualmente e estes definirão o abono extraordinário a ser pago no exercício seguinte ao da apuração.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A Companhia busca incentivar seus administradores a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e, consequentemente, a gerarem melhores resultados para a Companhia. Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos Diretores da Companhia é calculada levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado, a Companhia busca reter os melhores profissionais na Companhia e estimula a melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		1,66		1,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		634.552,09		634.552,09
Benefícios direto e indireto		135.180,00		135.180,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		769.732,09		769.732,09

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		4,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		1.454.665,77		1.454.665,77
Benefícios direto e indireto		135.180,23		135.180,23
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		290.933,15		290.933,15

Descrição de outras remunerações fixas		Contribuições para o INSS pagas pelo empregador		
Remuneração variável				
Bônus		4.675.000,00		4.675.000,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		935.000,00		935.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		7.490.779,15		7.490.779,15

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,00	5,00		16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.243.810,12		1.243.810,12
Benefícios direto e indireto	0,00	278.325,60		278.325,60
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	248.762,00		248.762,00
Descrição de outras remunerações fixas		Contribuições para o INSS pagas pelo empregador.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.200.000,00		4.200.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	840.000,00		840.000,00

Descrição de outras remunerações variáveis		Contribuições para o INSS pagas pelo empregador.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	6.810.897,72		6.810.897,72

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Não aplicável.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não há.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não aplicável.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	1,66	4,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	225.720,00	1.391.292,73	1.414.524,97
Valor da menor remuneração(Reais)	225.720,00	891.292,73	932.026,61
Valor médio da remuneração(Reais)	225.720,00	1.158.743,15	1.362.179,54

Observação

Diretoria Estatutária

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive conseqüências financeiras para a Companhia):

Não aplicável.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não aplicável.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrição dos recursos humanos da Companhia, fornecendo as seguintes informações

A Companhia não desempenha, no momento, atividades operacionais.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Alterações relevantes da descrição do item 14.1:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia

A Companhia não desempenha, no momento, atividades operacionais.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Relações entre a Companhia e sindicatos:

O nosso relacionamento com os Sindicatos é pautado pelo diálogo, buscando sempre o acordo para melhores condições de trabalho. Nossa Companhia e suas subsidiárias não possuem histórico de greve, sendo que consideramos a nossa relação com esses sindicatos satisfatória.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Ourinvest Real Estate Holding S.A.					
07.951.440/0001-73	Brasileira-SP	Sim	Sim	18/09/2013	
17	100,000000%	33	97,058824%	50	98,039216%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
Banco Panamericano S.A.					
59.285.411/0001-13		Não	Não	18/09/2013	
0	0,000000%	1	2,941176%	1	1,960784%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
OUTROS					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 26/07/2011					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
17	100,000000%	34	100,000000%	51	100,000000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	**07.951.440/0001-73**	

Banco Panamericano S.A.					
59.285.411/0001-13	Brasileira-SP	Não	Sim	19/07/2012	
140.471.039	100,000000	29.113.171	100,000000	169.584.210	100,000000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0,000000

OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

TOTAL					
140.471.039	100,000000	29.113.171	100,000000	169.584.210	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Banco Panamericano S.A.				**59.285.411/0001-13**	
BPSA Holdco LLC (TPG Axon)					
15.223.048/0001-36	Brasileira	Não	Não	11/06/2012	
0	0,000000	30.095.978	12,404949	30.095.978	5,624617
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
BTG Pactual S.A.					
30.306.294/0001-45	Brasileira	Sim	Sim	11/06/2012	
149.156.344	51,000003	33.114.219	13,649006	182.270.563	34,064420
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Caixa Participações S.A.					
10.744.073/0001-41	Brasileira	Sim	Não	11/06/2012	
143.307.049	48,999995	54.802.722	22,588565	198.109.771	37,024599
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
7	0,000002	124.599.756	51,357480	124.599.763	23,286364
TOTAL					
292.463.400	100,000000	242.612.675	100,000000	535.076.075	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA

ACIONISTA

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual S.A.	**30.306.294/0001-45**	

Andre Santos Esteves

857.454.487-68	Brasileira	Não	Sim		
8.785.866	0,642005	17.571.732	1,372903	26.357.598	0,995227

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0,000000

BTG Pactual Holding S.A.

	Brasileira	Não	Sim	30/04/2012	
1.145.481.202	83,703168	833.850.404	65,149856	1.979.331.606	74,736883

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0,000000

OUTROS

214.236.932	15,654827	428.473.864	33,477241	642.710.796	24,267890

TOTAL

1.368.504.000	100,000000	1.279.896.000	100,000000	2.648.400.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA

ACIONISTA

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração

Detalhamento de ações (Unidades)

Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual Holding S.A.		

Andre Santos Esteves

857.454.487-68	Brasileira	Não	Sim		
255.306.296	57,123769	0	0,000000	255.306.296	28,840352

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

OUTROS

191.629.021	42,876231	438.304.567	100,000000	629.933.588	71,159648

TOTAL

446.935.317	100,000000	438.304.567	100,000000	885.239.884	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

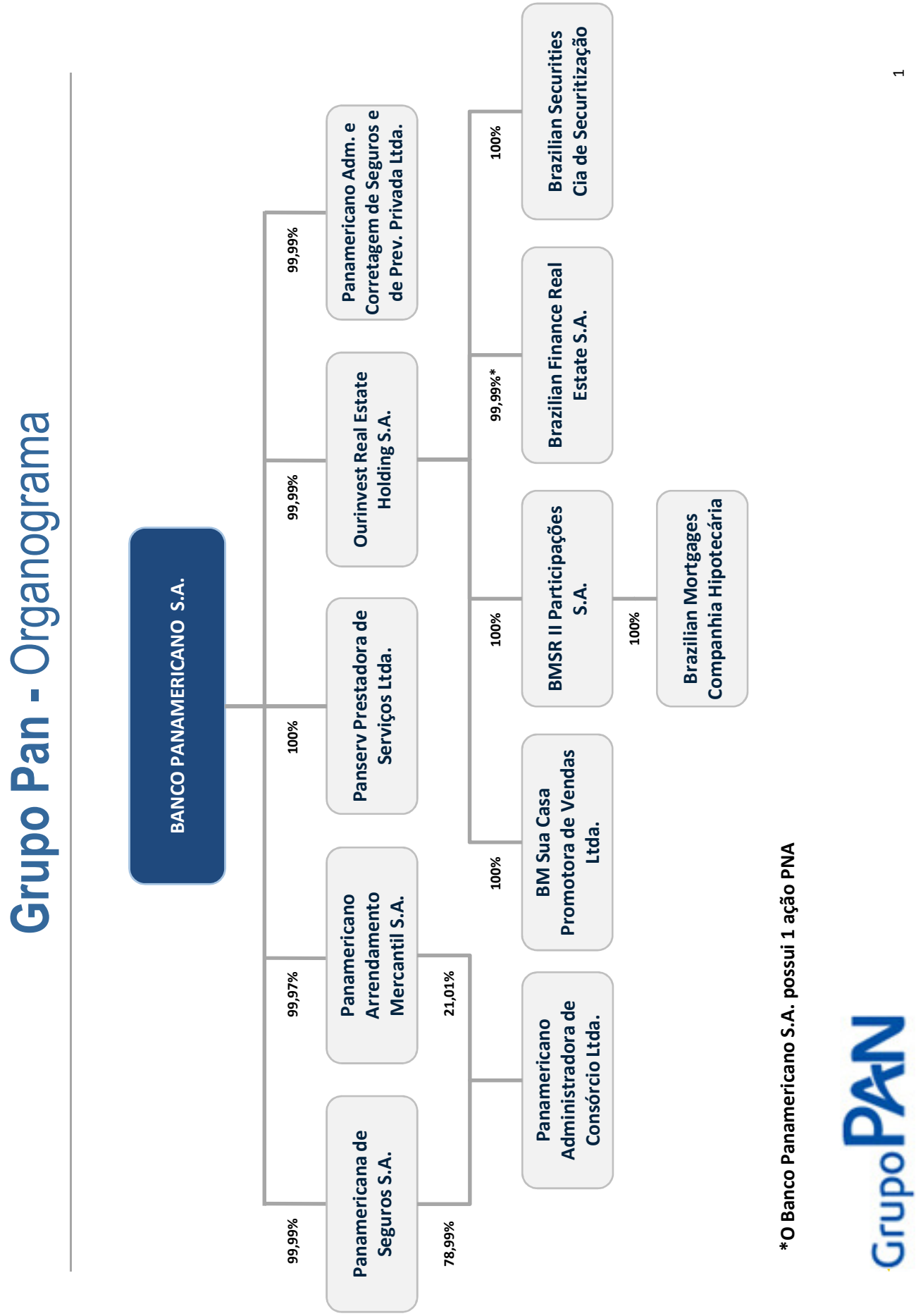
Data da última assembleia / Data da última alteração	16/07/2012
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Preferencial Classe B	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Quanto ao Acordo de Acionistas da Companhia:

a. Partes:

Não aplicável.

b. Data de celebração:

Não aplicável.

c. Prazo de vigência:

Não aplicável.

d. Cláusulas relativas ao exercício de direito de voto e poder de controle:

Não aplicável.

e. Cláusulas relativas à indicação de administradores:

Não aplicável.

f. Cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las:

Não aplicável.

g. Cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração:

Não aplicável.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Alterações na participação do controlador

A controladora Ourinvest adquiriu a Companhia em abril de 2007 (participação de 99,99%). Em 27 de junho de 2007 aumentou o capital da Companhia em R$200,5 milhões, com a contribuição da totalidade de suas ações da BFRE Participações, avaliadas ao seu valor contábil na data. Posteriormente, em 28 de junho de 2007, a TPG–Axon BFRE ingressou na Companhia mediante subscrição de ações e aporte de R$329,4 milhões e diluiu a participação da Ourinvest para 50,49% das ações com direito a voto (ON).

Em outubro de 2007 a acionista TPG converteu parte de suas ações ON em PN. Com isso, a Ourinvest passou a deter 78,99% das ações com direito a voto (ON).

Em 16 de dezembro de 2009, os acionistas da Companhia deliberaram um aumento de capital no valor de 90 milhões, mediante emissão de 19.274.585 novas ações, sendo 3.854.917 novas ações ordinárias e 15.419.668 novas ações preferenciais, todas sob a forma nominativa, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Coyote Trail, LLC, em razão da cessão gratuita de direitos de subscrição pela Ourinvest Real Estate Holding S.A. e pela TPG-Axon BFRE. Em 15 de janeiro de 2010 a Coyote Trail, LLC exerceu a opção de compra de mais 5.510.903 ações ordinárias e 22.043.612 ações preferenciais da Companhia e que eram de titularidade da Ourinvest Real Estate Holding S.A..

Após as aquisições realizadas pela Coyote Trail, as participações dos demais acionistas foram diluídas, não obstante a Ourinvest mantenha o controle da Companhia mediante a propriedade de 70,56% das ações com direito a voto (ON).

Em 06 de junho de 2011, a Ourinvest Real Estate Holding S.A. alugou 2.435.000 ações preferenciais da BFRE a um administrador da BFRE, passando a possuir então 3.075.187 ações preferenciais, mas mantendo todas as 73.069.398 ações ordinárias.

Em 21 de novembro de 2011, o administrador da BFRE devolveu à Ourinvest Real Estate Holding S.A. as 2.435.000 ações preferenciais alugadas, voltando a controladora a possuir 4,28% do total das ações PN.

Em 31 de maio de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a conversão da totalidade das 5.638.454 ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pelo acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A. em 5.638.454 ações ordinárias, bem como a conversão da totalidade das 21.408.230 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo acionista TPG-Axon BFRE Holding LLC e a totalidade das 9.786.325 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo acionista Coyote Trail LLC em 21.408.230 e 9.786.325 ações preferenciais de emissão da Companhia, respectivamente, passando o capital social da Companhia a ser representado por 80.411.938 ações ordinárias, detidas pela Ourinvest Real Estate Holding S.A., e 155.972.771 ações preferenciais, detidas pelas acionistas TPG-Axon BFRE Holding LLC e Coyote Trail LLC.

Na mesma AGE de 31 de maio de 2012, foi aprovado também o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, à mesma razão de conversão, qual seja, 256.088 ações para 1 ação de mesma espécie e classe, de modo que o capital social da Companhia, após o grupamento, passou a ser representado por 314 ações ordinárias, detidas pela

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Ourinvest Real Estate Holding S.A., e 418 ações preferenciais classe A, detidas pela TPG-Axon BFRE Holding LLC, e 191 ações preferenciais classe B, detidas pela Coyote Trail LLC.

Em 16 de julho de 2012, em negociações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a controladora Ourinvest adquiriu 418 ações preferenciais classe A, detidas pela TPG-Axon BFRE Holding LLC, e 191 ações preferenciais classe B, detidas pela Coyote Trail LLC, de emissão da Companhia, que representavam 100% do total de ações preferenciais e 65,98% do total do capital social da BFRE. A aquisição por parte da Ourinvest, que já detinha 100% das ações ordinárias, resultou em nova posição acionária equivalente a 100% do total de ações emitidas pela BFRE.

Na AGE de 24 de agosto de 2012, a companhia deliberou um aumento de capital no valor de R$ 39.663.197,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento e noventa e sete reais) mediante emissão de 49 novas ações, sendo 17 novas ações ordinárias, 22 novas ações preferenciais classe A, e 10 ações preferenciais classe B, todas escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista e controladora Ourinvest Real Estate Holding S.A.

Em 18 de janeiro de 2013, a controladora Ourinvest vendeu 1 (uma) ação preferencial para o Banco Panamericano S.A. com a finalidade de restabelecer a pluralidade de sócios da Companhia, que, a partir de mencionada data, passou a ter dois acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2013, foi aprovada, por unanimidade, a redução de capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”), efetivada sem a transferência de recursos financeiros. A restituição do capital à sua acionista majoritária, Ourinvest, ocorreu mediante a entrega dos seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de R$ 221.687.231,00; (b) participação societária na BMSRII Participações S.A., no valor de R$ 282.352.433,61; e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., no valor de R$ 187.874.915,17, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31.08.2013. Assim, foram canceladas 314 ações ordinárias, 417 ações preferenciais classe A e 190 ações preferenciais classe B da BFRE de titularidade da Ourinvest. A participação do Banco Panamericano S.A., único outro acionista da BFRE, não foi alterada.

Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser de R$ R$ 7.661.784,69 (sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil e setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 51 (cinqüenta e uma) ações, sendo 17 (dezessete) ações ordinárias e 34 (trinta e quatro) ações preferenciais, sendo (i) 23 (vinte e três) ações preferenciais classe A, e (ii) 11 (onze) ações preferenciais classe B, todas sob a forma escritural e sem valor nominal.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7 Outras informações relevantes

Não há.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas (conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto):

Conforme descrito no item 16.3, as decisões referentes às transações entre a Companhia e partes relacionadas com a Companhia são tomadas pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de seu Estatuto Social. Todos os contratos firmados com partes relacionadas observam condições equânimes de mercado e, no caso de qualquer conselheiro ou diretor possuir interesse conflitante na contratação com Parte Relacionada, tal conselheiro ou diretor não tomará parte das discussões, bem como na deliberação sobre a referida operação.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
BS / BM / BMSC	01/06/2010	0,00	DFs Individual: R$ 65.674,03 a receber. DFs Consolidado não há saldo, foram eliminados.	61,52%	De acordo com o contrato de locação do imóvel.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas Ligadas						
Objeto contrato	Rateio de despesas por uso compartilhado de imóvel - estabelecimento de critérios e condições sob os quais se dará o rateio e o reembolso, entre as Partes, dos custos e despesas que venham a ter em função da ocupação e utilização do imóvel.						
Garantia e seguros	Não possui						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
BM / BS / BMSC / BMSRII	01/07/2010	0,00	DFs Individual: R$ 59.198,97 a receber. DFs Consolidado: não há saldo, foram eliminados.	Estipulado mensalmente	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	São do mesmo grupo econômico da Companhia						
Objeto contrato	Rateio de despesas comuns - estabelecimento de critérios e condições sob os quais se dará o rateio e reembolso, entre as Partes, dos custos e despesas comuns						
Garantia e seguros	Não possui.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
BM SUA CASA	16/06/2011	2.221,16	DFs Individual R$ 2.221,16 a pagar. DFs Consolidadas não há saldo, foram eliminados.	100%	Cinco anos a partir da data de 12/04/2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	É subsidiária da Companhia						
Objeto contrato	Sublocação de 100,01 m2. de área de imóvel.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não possui						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento						
Natureza e razão para a operação							
Banco Panamericano S.A.	31/12/2012	246.726.000,00	246.726.000,00	R$ 246.726.000,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto.						
Objeto contrato	Aplicação em Certificados de Depósitos Bancário - CDB.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Banco Panamericano S.A.	30/09/2012	342.400.000,00	R$ 333.703.000,00	N/A	363 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto.						
Objeto contrato	Aplicação em Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.	31/12/2013	-22.656,88	R$ (22.656,88)	R$ 22.656,88	Vencimento até 01/03/2013.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Corresponde a valores a pagar pela prestação de serviços de gerenciamento de ativos, referente a parceria de investimento entre a Companhia e o BC Residential Receivables, calculados 1% a.a. sobre investimento inicial da BFRE em CRIs, no montante de R$ 10.417 mil com vencimento até agosto de 2015.						
Garantia e seguros	Os Créditos Imobiliários contam com as seguintes garantias: a Fiança e a Garantia de Descasamento.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	(a) caso o C.I seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares do C.I, a qualquer título; (b) caso o Crédito Imobiliário seja recomprado pela Recompra Facultativa, na forma deste Contrato de Cessão; ou caso seja resolvida a cessão do respectivo C.I, nos termos da Cláusula 2.1.7., acima. (c) caso seja indeferido o registro dos CRI pela CVM; (d) caso os C.I por qualquer razão não obtenham sucesso no repasse do financiamento contratado no âmbito das Promessas de Compra e Venda; (e) caso haja propositura por parte dos Devedores e/ou da Promitente Vendedora de ação ou haja qualquer questionamento, inclusive no âmbito extrajudicial de qualquer disposição deste Contrato de Cessão; e (f) caso haja inadimplemento de qualquer um dos Créditos Imobiliários por 60 (sessenta) dias, ou duas parcelas seguidas.						
Natureza e razão para a operação							
Banco Panamericano S.A.	31/12/2013	3.142,01	R$ 3.142,01	R$ 3.142,01	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Depósitos Bancários						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Banco Panamericano S.A.	31/12/2013	3.938.868,31	R$ 3.938.868,31	R$ 3.938.868,31	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários, as quais são atualizadas pelo percentual de 80% a 102,50% do CDI, com vencimento até 08/09/2014.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Ourinvest Real estate Holding S.A.	31/12/2013	-6.438.174,25	R$ (6.438.174,25)	R$ (6.438.174,25)	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Dividendos a pagar sobre participação acionaria						
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros relacionados a este contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Contrato com prazo indeterminado e pode ser rescindido por denúncia voluntária, com aviso de antecedência de 90 dias. São hipóteses de rescisão, sem interpelação: falência; recuperação judicial ou extrajudicial; liquidação, dissolução ou cessão das atividades da correspondente; caso fortuito ou força maior que impeçam o cumprimento do contrato; vedação legal ou por regulamento; inadimplemento das condições do contrato. É justa causa para a rescisão do contrato, independentemente de aviso prévio, se o correspondente adotar expedientes contrários à lei e ao contrato (má-fé, fraude ou dolo).						
Natureza e razão para a operação							
Ourinvest Real estate Holding S.A.	31/12/2013	-1.342.788,98	R$ (1.342.788,98)	R$ (1.342.788,98)	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Refere-se ao saldo remanescente da redução de capital da Companhia, conforme AGE de 18/09/2013.						
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros relacionados a este contrato.						
Rescisão ou extinção	Contrato com prazo indeterminado e pode ser rescindido por denúncia voluntária, com aviso de antecedência de 90 dias. São hipóteses de rescisão, sem interpelação: falência; recuperação judicial ou extrajudicial; liquidação, dissolução ou cessão das atividades da correspondente; caso fortuito ou força maior que impeçam o cumprimento do contrato; vedação legal ou por regulamento; inadimplemento das condições do contrato. É justa causa para a rescisão do contrato, independentemente de aviso prévio, se o correspondente adotar expedientes contrários à lei e ao contrato (má-fé, fraude ou dolo).						
Natureza e razão para a operação							
Brazilian Securities Cia de Securitização	31/12/2013	10.508,13	R$ 10.508,13	R$ 10.508,13	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Reembolso de despesas administrativas.						
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros relacionados a este contrato.						
Rescisão ou extinção	Contrato com prazo indeterminado e pode ser rescindido por denúncia voluntária, com aviso de antecedência de 90 dias. São hipóteses de rescisão, sem interpelação: falência; recuperação judicial ou extrajudicial; liquidação, dissolução ou cessão das atividades da correspondente; caso fortuito ou força maior que impeçam o cumprimento do contrato; vedação legal ou por regulamento; inadimplemento das condições do contrato. É justa causa para a rescisão do contrato, independentemente de aviso prévio, se o correspondente adotar expedientes contrários à lei e ao contrato (má-fé, fraude ou dolo).						
Natureza e razão para a operação							
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	31/12/2013	-2.383,29	R$ (2.383,29)	R$ (2.383,29)	Indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Reembolso de despesas administrativas.						
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros relacionados a este contrato.						
Rescisão ou extinção	Contrato com prazo indeterminado e pode ser rescindido por denúncia voluntária, com aviso de antecedência de 90 dias. São hipóteses de rescisão, sem interpelação: falência; recuperação judicial ou extrajudicial; liquidação, dissolução ou cessão das atividades da correspondente; caso fortuito ou força maior que impeçam o cumprimento do contrato; vedação legal ou por regulamento; inadimplemento das condições do contrato. É justa causa para a rescisão do contrato, independentemente de aviso prévio, se o correspondente adotar expedientes contrários à lei e ao contrato (má-fé, fraude ou dolo).						
Natureza e razão para a operação							
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	31/12/2013	8.053,06	R$ 8.053,06	R$ 8.053,06	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Reembolso de despesas administrativas.						
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros relacionados a este contrato.						
Rescisão ou extinção	Contrato com prazo indeterminado e pode ser rescindido por denúncia voluntária, com aviso de antecedência de 90 dias. São hipóteses de rescisão, sem interpelação: falência; recuperação judicial ou extrajudicial; liquidação, dissolução ou cessão das atividades da correspondente; caso fortuito ou força maior que impeçam o cumprimento do contrato; vedação legal ou por regulamento; inadimplemento das condições do contrato. É justa causa para a rescisão do contrato, independentemente de aviso prévio, se o correspondente adotar expedientes contrários à lei e ao contrato (má-fé, fraude ou dolo).						
Natureza e razão para a operação							
Banco BTG Pactual S.A	25/05/2012	322.800.000,00	R$ 96.986.000,00	R$ 160.0000,00	Vencimento até 01/03/2013.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Refere-se a obrigação por aquisição de recebíveis imobiliários junto ao Banco BTG Pactual S.A., conforme Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças.						
Garantia e seguros	Os Créditos Imobiliários contam com as seguintes garantias: a Fiança e a Garantia de Descasamento.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	(a) caso o C.I seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares do C.I, a qualquer título; (b) caso o Crédito Imobiliário seja recomprado pela Recompra Facultativa, na forma deste Contrato de Cessão; ou caso seja resolvida a cessão do respectivo C.I, nos termos da Cláusula 2.1.7., acima. (c) caso seja indeferido o registro dos CRI pela CVM; (d) caso os C.I por qualquer razão não obtenham sucesso no repasse do financiamento contratado no âmbito das Promessas de Compra e Venda; (e) caso haja propositura por parte dos Devedores e/ou da Promitente Vendedora de ação ou haja qualquer questionamento, inclusive no âmbito extrajudicial de qualquer disposição deste Contrato de Cessão; e (f) caso haja inadimplemento de qualquer um dos Créditos Imobiliários por 60 (sessenta) dias, ou duas parcelas seguidas.						
Natureza e razão para a operação							
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	30/09/2012	23.000.000,00	Não há saldo no Balanço. No 3º Trim/12, foi reconhecida uma desp. de R$ 1.813.099,62.	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Transferência de Administração dos FII's.						
Garantia e seguros	Não possui						
Rescisão ou extinção	Não possui						
Natureza e razão para a operação							
Banco BTG Pactual S.A.	25/05/2012	322.800.000,00	Não há saldo no Balanço. Em 30/09/2012 apresentamos um saldo de receita de R$ 160.000,00	R$ 160.000,00	Vencimento até 01/03/2013.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Refere-se a prestação de serviço de estruturação de operação de securitização (Série estruturada 279).						
Garantia e seguros	Os Créditos Imobiliários contam com as seguintes garantias: a Fiança e a Garantia de Descasamento.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	(a) caso o C.I seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares do C.I, a qualquer título; (b) caso o Crédito Imobiliário seja recomprado pela Recompra Facultativa, na forma deste Contrato de Cessão; ou caso seja resolvida a cessão do respectivo C.I, nos termos da Cláusula 2.1.7., acima. (c) caso seja indeferido o registro dos CRI pela CVM; (d) caso os C.I por qualquer razão não obtenham sucesso no repasse do financiamento contratado no âmbito das Promessas de Compra e Venda; (e) caso haja propositura por parte dos Devedores e/ou da Promitente Vendedora de ação ou haja qualquer questionamento, inclusive no âmbito extrajudicial de qualquer disposição deste Contrato de Cessão; e (f) caso haja inadimplemento de qualquer um dos Créditos Imobiliários por 60 (sessenta) dias, ou duas parcelas seguidas.						
Natureza e razão para a operação							
Banco Panamericano S.A.	31/12/2012	3.000,00	R$ 3.000,00	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Depósitos Bancários						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Banco Panamericano S.A.	31/12/2012	2.596.000,00	R$ 2.596.000,00	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto.						
Objeto contrato	Valores a liquidar provenientes de contratos cedidos, cuja cobrança continua a ser efetuada pela instituição cedente, conforme previsão contratual.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	30/09/2012	933.334,00	R$ 14.000,00	R$ 28.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Referem-se a valores a pagar referentes a comissões em decorrência de intermediação de negócios.						
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros relacionados a este contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Contrato com prazo indeterminado e pode ser rescindido por denúncia voluntária, com aviso de antecedência de 90 dias. São hipóteses de rescisão, sem interpelação: falência; recuperação judicial ou extrajudicial; liquidação, dissolução ou cessão das atividades da correspondente; caso fortuito ou força maior que impeçam o cumprimento do contrato; vedação legal ou por regulamento; inadimplemento das condições do contrato. É justa causa para a rescisão do contrato, independentemente de aviso prévio, se o correspondente adotar expedientes contrários à lei e ao contrato (má-fé, fraude ou dolo).						
Natureza e razão para a operação							
Panamericana de Seguros S.A.	30/09/2012	114.800.000,00	R$ 32.000,00.	R$ 401.800.00,00	12 meses renováveis	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Referem-se a despesas com seguro de vida.						
Garantia e seguros	Apesar de o objeto do contrato ser a prospecção e comercialização de seguro de vida em grupo, não há seguros relacionados a ele e tampouco há garantias relacionadas;						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser denunciado a qualquer tempo, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.						
Natureza e razão para a operação							
Banco Panamericano S.A.	26/09/2012	514.183.000,00	R$ 21.629.000,00	R$ 21.629.000,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto.						
Objeto contrato	Cessão de Recebíveis Imobiliários e Carteira de Crédito ao Banco Panamericano, conforme Instrumento Particular de Contrato de Créditos e Outras Avenças. O resultado da referida cessão em 30/09/2012, gerou um lucro de R$ 14.797.000,00.						
Garantia e seguros	Existem garantias (imóveis dados em alienação fiduciária) relacionadas aos créditos (contratos de financiamento imobiliário) cedidos por meio desse instrumento. Existe previsão contratual relacionada aos contratos de financiamento cujos créditos foram cedidos por meio desse instrumento.						
Rescisão ou extinção	Neste contrato não há previsão de rescisão ou extinção do contrato.						
Natureza e razão para a operação							
Banco BTG Pactual S.A	30/09/2012	0,00	R$ 1.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Depósitos Bancários						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Banco Panamericano S.A	30/09/2012	0,00	R$ 1.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Depósitos Bancários						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Banco BTG Pactual S.A	31/12/2012	78.769.000,00	R$ 78.769.000,00	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Referem-se a captação de LCIs.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	31/12/2012	29.000,00	R$ 29.000,00	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Referem-se a valores a receber referente a despesas com reembolso de aluguéis e condomínio, correspondentes ao espaço utilizado pela Panserv nas lojas de Porto Alegre e São José dos Campos, os quais foram recebidos em janeiro de 2013.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Banco BTG Pactual S.A	31/12/2012	792.000,00	R$ 792.000,00		16/03/2013	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Alienação de Cotas de FIIs.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. medidas tomadas pela Companhia para tratar de conflitos de interesses

Adotamos as práticas de governança corporativa recomendadas ou exigidas pela legislação. Como regra geral, todas as decisões acerca das operações da Companhia são submetidas à administração, conforme as competências definidas no nosso Estatuto Social. Assim, as nossas operações, especialmente aquelas que envolvam transações com partes relacionadas, são submetidas aos órgãos decisórios da nossa Companhia, conforme as regras vigentes.

O Estatuto Social da Companhia define ainda que seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Havendo potencial conflito de interesse sobre qualquer matéria submetida à análise de órgão deliberativo da nossa Companhia em relação a algum membro integrante do respectivo órgão deliberativo competente para deliberar sobre a matéria, seguimos o disposto na Lei das Sociedades por Ações, devendo o respectivo membro abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuírem qualquer relação ou conflito de interesse com a matéria em exame.

b. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas descritas nesta seção são realizadas em função de bom relacionamento comercial e condições favoráveis de prazo e remuneração, sempre tendo como objetivo o desenvolvimento de nossas atividades. Não podemos comprovar que as referidas transações gerariam o mesmo resultado caso tivessem sido realizadas com partes não relacionadas, mas adotamos todas as medidas para que as referidas transações sejam realizadas em condições usuais de mercado.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
30/12/2014	107.661.784,69		239	478	717
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
30/12/2014	107.661.784,69		239	478	717
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
30/12/2014	107.661.784,69		239	478	717
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
18/09/2013	7.661.784,69		17	34	51
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	**Quantidade de ações (Unidades)**	**Título**	**Condições para conversão**		
Preferencial Classe A	23				
Preferencial Classe B	11				
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
18/09/2013	7.661.784,69		17	34	51
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	**Quantidade de ações (Unidades)**	**Título**	**Condições para conversão**		
Preferencial Classe A	23				
Preferencial Classe B	11				

Tipo de capital	Capital Integralizado				
18/09/2013	7.661.784,69		17	34	51
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	23				
Preferencial Classe B	11				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/05/2007	Assembleia	30/05/2007	16.066,50	Subscrição particular	16.067	0	16.067	1.070,80000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Artigo 170, parag 1º, II									
Forma de integralização	R$ 16.066,50 mediante contribuição de crédito que a acionista detinha perante a companhia.									
27/06/2007	Assembleia	27/06/2007	200.540.334,75	Subscrição particular	200.540.334	0	200.540.334	1.141.578,00000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Artigo 170 , Parag. 1º , II									
Forma de integralização	R$ 200.540.334,75 mediante contribuição pela subscritora à Companhia de parte das ações representativas do capital social da Brazilian Finance & Real Estate Participações S.A.									
28/06/2007	Assembleia	29/06/2007	197.774.704,00	Subscrição particular	197.774.704	0	197.774.704	98,60000000	1,67	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Artigo 170, parag. 1º , II									
Forma de integralização	R$197.774.704,00 em dinheiro.									
28/04/2008	Assembleia	28/04/2008	10.072.121,77	Subscrição particular	6.047.738	0	6.047.738	2,50000000	1,67	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Artigo 170, parag. 1º , II									
Forma de integralização	R$10.072.121,77 mediante aproveitamento do crédito que as subscritoras possuiam perante a Companhia.									
30/10/2008	Assembleia	30/10/2008	9.424.987,45	Subscrição particular	5.659.171	0	5.659.171	2,30000000	1,67	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Artigo 170, parag. 1º , II									
Forma de integralização	R$9.424.987,45 mediante aproveitamento do crédito que as subscritoras possuiam perante a Companhia.									
29/12/2008	Assembleia	29/12/2008	4.420.000,53	Subscrição particular	2.653.960	0	2.653.960	1,10000000	1,67	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Artigo 170, parag. 1º , II									
Forma de integralização	R$4.420.000,53 mediante aproveitamento do crédito que as subscritoras possuiam perante a Companhia.									

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
07/10/2009	Assembleia	07/10/2009	15,47	Subscrição particular	6	7	13	0,00000001	1,19	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Artigo 170, parag. 1º, II									
Forma de integralização	R$15,47 em dinheiro.									
16/12/2009	Assembleia	16/12/2009	90.000.000,00	Subscrição particular	3.854.917	15.419.668	19.274.585	21,30000000	4,67	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Artigo 170, parag. 1º, II									
Forma de integralização	R$90.000.000,00 em dinheiro.									
19/04/2010	Assembleia	19/04/2010	12.880.305,35	Subscrição particular	101.414.511	124.813.045	226.227.556	2,50000000	2,70	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Artigo 170, parag. 1º, II									
Forma de integralização	R$12.880.305,35 mediante aproveitamento do crédito que as subscritoras possuiam perante a Companhia.									
07/07/2011	Assembleia	07/07/2011	4.605.767,55	Subscrição particular	0	1.220.606	1.220.606	0,00942072	3,77	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia									
Forma de integralização	R$ 4.605.767,55 em dinheiro.									
07/07/2011	Assembleia	07/07/2011	275.248,58	Subscrição particular	0	75.055	75.055	0,00057928	3,66	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia									
Forma de integralização	R$ 275.248,58 em dinheiro.									
30/03/2012	Assembléia	30/03/2012	17.724.709,62	Subscrição particular	2.414.911	2.971.584	5.386.495	3,34000000	3,29	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Artigo 170, § 1º, II									
Forma de integralização	R$ 17.724.709,62 mediante aproveitamento do crédito que as subscritas possuiam perante a Companhia.									

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
09/04/2012	Assembleia	09/04/2012	4.331.271,97	Subscrição particular	0	1.145.552	1.145.552	0,75288041	3,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia									
Forma de integralização	R$ 4.331.271,97 em dinheiro.									
09/04/2012	Assembleia	09/04/2012	3.916.318,56	Subscrição particular	0	1.145.552	1.145.552	0,75288041	3,41	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia									
Forma de integralização	R$ 3.916.318,56 em dinheiro.									
24/08/2012	Assembléia	24/08/2012	39.663.197,00	Subscrição particular	17	32	49	0,71587109	809.453,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Artigo 170, § 1º, II									
Forma de integralização	R$ 39.663.197,00 em dinheiro									
18/09/2013	Assembleia Geral Extraordinaria	18/09/2013	110.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/12/2014	Assembleia	30/12/2014	100.000.000,00	Subscrição particular	222	444	666	1.305,20000000	150.150,15	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Artigo 170, parag 1º, II									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
31/05/2012	105.968.039	130.416.670	236.384.709	314	609	923
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferêncial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Classe ação preferêncial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)
				PNA		418
				PNB		191

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
19/07/2012	19/07/2012	1.928.332,15	0	0	0	0,34683200	0,00

Forma de restituição Não houve restituição.

Razão para redução Artigo 229 da Lei das Sociedades Anônimas

18/09/2013	18/09/2013	696.056.432,70	314	607	921	99,90000000	0,00

Capital social por classe espécie ações

Classe ação preferêncial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)
PNA	417
PNB	190

Forma de restituição A restituição do capital à sua acionista, Ourinvest Real Estate Holding S.A. (“Ourinvest”), ocorreu mediante a entrega dos seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de R$ 221.687.231,00; (b) participação societária na BMSRII Participações S.A., no valor de R$ 282.352.433,61; e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., no valor de R$ 187.874.915,17, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31.08.2013.

Razão para redução Artigo 173 - Capital excessivo.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	O pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente havendo aprovação da Assembleia Geral poderão ser alterados os direitos assegurados às diferentes espécies de ação.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.

Espécie de ações ou CDA	**Preferencial**
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe A, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente havendo aprovação da Assembleia Geral poderão ser alterados os direitos assegurados às diferentes espécies de ação.
Outras características relevantes	Serão resgatáveis, a critério da adm da Cia, a qualquer tempo, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, por 100% do seu valor patrimonial conf. apurado na última demonstração financeira anual auditada disponível, caso o resgate ocorra até 31/12/2012, ou 102% do seu valor patrimonial conforme apurado na última demonstração financeira anual auditada disponível, caso o resgate ocorra a partir de 01/01/2013, em qualquer caso ajustado na hipótese de qualquer modificação no número de ações emitidas e em circulação entre a data de tais demonstrações financeiras e a data da aprovação do resgate, sendo desnecessária a realização de assembléia especial convocada para deliberar essa matéria específica e sua aprovação; e conversíveis em ações preferenciais classe C, a pedido dos titulares que forem detentores de ações de emissão da Cia, e como tal registrados nos livros próprios, na data de 31/05/2012, nos termos, prazo, condições e na hipótese prevista no Estatuto Social da BFRE

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Preferencial**
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe B, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente havendo aprovação da Assembleia Geral poderão ser alterados os direitos assegurados às diferentes espécies de ação.
Outras características relevantes	Serão resgatáveis, a critério da adm da Cia, a qualquer tempo, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, por 100% do seu valor patrimonial conf. apurado na última DF anual auditada disponível, caso o resgate ocorra até 31/12/2012, ou 102,5% do seu valor patrimonial conforme apurado na última demonstração financeira anual auditada disponível, caso o resgate ocorra a partir de 01/01/2013, em qualquer caso ajustado na hipótese de qualquer modificação no número de ações emitidas e em circulação entre a data de tais demonstrações financeiras e a data da aprovação do resgate, sendo desnecessária a realização de assembléia especial convocada para deliberar essa matéria específica e sua aprovação; e conversíveis em ações preferenciais classe C, a pedido dos titulares que forem detentores de ações de emissão da Cia, e como tal registrados nos livros próprios, na data de 31/05/2012, nos termos, prazo, condições e na hipótese prevista no Estatuto Social da BFRE.

Espécie de ações ou CDA	**Preferencial**
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe C
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente havendo aprovação da Assembleia Geral poderão ser alterados os direitos assegurados às diferentes espécies de ação.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Não há limitação de direito de voto de acionistas significativos ou obrigação de realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

Não há exceções ou cláusulas suspensivas.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O capital social é de R$ 107.661.784,69 (cento e sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), totalmente
subscrito e integralizado, dividido em 717 ações, sendo 239 ações ordinárias e 478 ações preferenciais, sendo (i) 323 ações preferenciais classe A, e (ii) 155 ações preferenciais classe B, todas sob a forma escritural e sem valor nominal.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem outros valores mobiliários emitidos.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação:

Não aplicável.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros:

Não aplicável.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia:

Não aplicável.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro:

Não aplicável.

18.10 - Outras informações relevantes

Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
09/04/2012	09/04/2012 à 09/07/2012	219.954.619,32	Preferencial		2.291.104	1,468912	2.291.104	5,41	R$ por Unidade	100,000000
A operação tem como objetivo adquirir ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, visando a oferecer liquidez às ações adquiridas pelos beneficiários do Plano de Opção como forma de incentivo. A data base da Reserva de Retenção de Lucros é 31/12/2011.										
07/07/2011	07/07/2011 à 07/10/2011	166.780.475,09	Preferencial		1.295.661	0,850067	1.295.661	5,63	R$ por Unidade	100,000000
A operação tem como objetivo adquirir ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, visando a oferecer liquidez às suas ações adquiridas pelos beneficiários do Plano de Opção como forma de incentivo. A data base da Reserva de Retenção de Lucros é 31/12/2010.										
15/06/2011	15/06/2011 à 14/06/2012	166.780.475,09	Preferencial		2.435.000	1,597573	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000
a) O objetivo da Companhia na operação é de adquirir ações de emissão própria para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação; (b) a quantidade de ações a serem adquiridas é de até 2.435.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia; (c) o prazo máximo para realização da operação ora autorizada é de 365 dias a contar desta data; e (d) as operações de aquisição serão realizadas no mercado de negociação das ações da Companhia, a preços de mercado, com a intermediação de XP Investimentos CCTVM S/A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.332.886/0001-04, com sede na Avenida das Américas, nº 3434, bloco 7, 2° andar, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ.										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Outras informações que o emissor julgue relevantes sobre Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há negociação dos valores mobiliários.

20.2 - Outras informações relevantes

Outras informações relevantes:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia não possui políticas de Divulgação de Informações.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Companhia não possui políticas de Divulgação de Informações.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A Companhia não possui políticas de Divulgação de Informações.

21.4 - Outras informações relevantes

A companhia não possui outras informações que julgue relevantes.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

A Companhia não realizou aquisição ou alienação de ativos fora das suas atividades correntes.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Companhia não possui sociedades controladas.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.